

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Adão Villaverde - PT
PRESIDENTE

Deputado José Sperotto - PTB
1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Frederico Antunes - PP
2º VICE-PRESIDENTE

Deputado Alexandre Postal - PMDB
1º SECRETÁRIO

Deputado Alceu Barbosa - PDT
2º SECRETÁRIO

Deputada Zilá Breitenbach - PSDB
3º SECRETÁRIA

Deputado Catarina Paladini - PSB
4º SECRETÁRIO

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Deputada Juliana Brizola
Presidenta

Deputado Alceu Barbosa Velho
Vice-Presidente

Titulares

Marisa Formolo – PT
Alexandre Lindenmeyer - PT
Ana Affonso – PT
Gilberto Capoani - PMDB
Mano Changes – PP
Jurandir Maciel - PTB
Adilson Troca - PSDB
Catarina Paladini - PSB
Luciano Azevedo - PPS
Carlos Gomes - PRB

Suplentes

Jeferson Fernandes - PT
Raul Pont - PT
Valdeci Oliveira - PT
Alexandre Postal - PMDB
Adroaldo Loureiro - PDT
Dr. Basegio - PDT
Silvana Covatti - PP
Cassiá Carpes - PTB
Zilá Breitenbach - PSDB
Miki Breier - PSB
Paulo Odone - PPS

COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO

Deputada Marisa Formolo – PT – **Relatora**
Deputado Alexandre Lindenmeyer - PT
Deputada Ana Affonso – PT
Deputado Cassiá Carpes - PTB
Deputado Catarina Paladini – PSB
Deputado Valdeci Oliveira - PT

EQUIPE TÉCNICA

Mara Sasso

Apoio

Departamento de Comissões Parlamentares
Departamento de Sistemas e Informação
Departamento de Taquigrafia
Secretaria da Mesa Diretora
Primeira Secretaria
Divisão de Reserva de Espaços
Divisão de Criação
Gabinete da Deputada Marisa Formolo

Expediente:

Redação:

Mara Sasso
Sinara Porto Fajardo

Revisão:

Mara Sasso
Sinara Porto Fajardo

Imagens

Agência de Fotos da AL:

APRESENTAÇÃO

A Subcomissão da Educação Profissional no Rio Grande do Sul adotou como meta de trabalho aprofundar as recomendações da Comissão Especial para Tratar do Ensino Profissional no Rio Grande do Sul, realizada em 2009, especialmente a de criação de um Conselho de Formação, Empregabilidade e Desenvolvimento, que articule todas as esferas, instâncias e instituições de educação profissional, planejamento e trabalho no RS, visando aperfeiçoar a oferta e potencializar o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais.

No período entre a aprovação do Relatório da Comissão Especial e a instauração da Subcomissão, várias iniciativas foram tomadas no âmbito federal e estadual, no concernente à Educação Profissional. Destacam-se o projeto de lei 1209/ 2011 – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC e o Pacto pela Educação Profissional no RS.

Nesse contexto, esta Subcomissão assumiu a tarefa de, à luz dos debates ocorridos nas audiências públicas, de fundamentação conceitual e das iniciativas em curso, elaborar um relatório indicativo de diretrizes a serem adotadas no planejamento, gestão, implementação e monitoramento das políticas de educação profissional no estado do Rio Grande do Sul.

Este relatório está organizado em cinco partes. Na primeira, apresenta-se uma breve reflexão teórica e histórica sobre a educação profissional no Brasil e no RS; na segunda, relatam-se os trabalhos desenvolvidos pela Subcomissão; a terceira parte é uma sistematização dos resultados obtidos; a quarta parte apresenta dados para um diagnóstico inicial; na quinta parte, sintetizam-se propostas e recomendam-se ações para sua implementação.

Apesar de ser fruto da intervenção de diversas instituições e autoridades no assunto durante as audiências públicas, este relatório revela uma ampla identidade de pontos de vista e uma disposição coletiva em aperfeiçoar o sistema de educação profissional no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, visamos refletir diferentes discursos que indicam a pluralidade de idéias que enriquecerão ainda mais esta tarefa.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO TEMÁTICA E HISTÓRICA	05
1 - Formação Profissional	05
2- Empregabilidade	07
3- Desenvolvimento	08
II - A SUBCOMISSÃO SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ..	10
1 - Objetivo	10
2 - Cronograma.....	10
III – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS	11
1 - Os Observatórios de Educação Profissional no RS	11
a) Observatório da Rede Federal de EPCT	11
b) Observatório da Universidade de Caxias do Sul	16
c) Instituto Técnico de Assessoria e Pesquisa (ITEPA/UCPEL)	20
2 - O Sistema Federal de Educação Profissional no RS	21
3 - O Sistema Estadual de Educação Profissional	33
IV – NOTAS PARA UM DIAGNÓSTICO	42
1 - Situação de Pelotas e Região no Contexto do Mercado de Trabalho	42
2 - Força de Trabalho e Escolaridade Jovem em Caxias do Sul ...	44
3 - A rede Estadual	45
V – PROPOSTAS	49
1 - Unificação dos Dados dos Observatórios do Estado	49
2 - Organização de um Sistema Único de Promoção do Trabalho, Emprego, Renda e Qualificação Profissional	49
3 - Criação de um Conselho Estadual de Educação Profissional, Empregabilidade e Desenvolvimento Sustentável	49
4 - Fundamentos de um Plano Político Pedagógico de Educação Profissional no RS	50
5 - Diretrizes para políticas de educação profissional, empregabilidade e desenvolvimento sustentável	50
6 - Composição de um Conselho Estadual	52
7 - Prerrogativas de um Conselho Estadual	52
BIBLIOGRAFIA	53
ANEXOS	54

I - INTRODUÇÃO TEMÁTICA E HISTÓRICA

A formação profissional é um tema altamente contraditório e passível de apropriação política, de acordo com o paradigma que acolhe os diversos conceitos que a constituem. Em traços gerais, dois paradigmas subjazem aos conceitos de educação profissional e orientam as políticas correspondentes, informando as diretrizes das ações e enfatizando as ações numa ou outra direção.

No campo do economicismo e do pragmatismo, a teoria do Capital Humano denota a preocupação em simplesmente produzir um número suficiente de trabalhadores qualificados para o mercado. O homem é um elemento a mais, assim como máquinas e capital financeiro. Sua concepção individualista admite que, de posse de um conjunto de saberes, competências e credenciais, o indivíduo estaria habilitado para a competição pelos empregos disponíveis (a educação vista como investimento no capital humano individual).

O conceito de empregabilidade irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito. O capital humano indica a noção de educação como forma de integração, ascensão e mobilidade social.

No campo do humanismo, o conceito de Emancipação traduz a ênfase na autonomia e na mobilidade do trabalhador em relação ao mercado de trabalho. De acordo com esse paradigma, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, seja no âmbito geral ou específico, contribuirá para que o homem deixe de ser mero objeto da lógica do mercado.

Ambos os paradigmas – economicista, traduzido na teoria de capital humano, e humanista, representado pelo conceito de emancipação, coexistem e condicionam ênfases das políticas de educação profissional. A partir desses paradigmas, situam-se os conceitos de Formação, Empregabilidade e Desenvolvimento e, ainda, a articulação entre esses três conceitos.

1 - Formação Profissional

A formação profissional foi criada no Brasil oficialmente em 1909, embora já existisse no Instituto Parobé, no Rio Grande do Sul.

Historicamente, o conteúdo da formação profissional e das políticas educacionais tem sido marcado pela lógica contraditória do toyotismo e suas implicações objetivas e subjetivas no tocante a qualificação da força de trabalho.

Atualmente, podemos compreender a constituição de um complexo ideológico que incide nas políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de empregabilidade e competência, a partir de mutações orgânicas da produção capitalista na era da globalização. A mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sócio democratas, como requisito básico para superar a crise de desemprego.

Criou-se, a partir da promessa da modernização, um senso comum que articulava trabalho, educação, emprego e individualidade.

De acordo com Frigotto (2010), a nomenclatura de “Educação Profissional” esconde o seu contrário – uma política de formação profissional estreita e desvinculada de uma concepção de educação integral do ser humano historicamente situado. O autor lembra que Gramsci se referia à educação que interessava ao capital e ao mercado como “adestrar as mãos e aguçar o olho”.

Entretanto, se garantida uma educação básica politécnica ou tecnológica universal e de qualidade efetiva, a formação profissional terá outra qualidade e significará uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora. (idem)

Importante que a política de educação profissional se vincule às políticas públicas de emprego e renda e que se politize o debate em todas as esferas, especialmente a econômica.

No âmbito do pensamento pedagógico, o discurso em defesa da educação é predominantemente retórico, tanto na ideologia do capital humano (anos 60 a 80), quanto nas teses da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências e da empregabilidade (anos 80 em diante).

O documento temático da sessão I do Fórum Sobre Trabalho Digno Para Uma Globalização Justa, da OIT, denominado “EMPREGABILIDADE: EDUCAÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E TECNOLOGIA”, indica que a importância de investir em sistemas de educação e de formação de elevada qualidade é confirmada por diversos estudos, incluindo os desenvolvidos pela própria OIT, pela UNESCO, Banco Mundial, OCDE e União Européia. Ressaltando seus benefícios, destaca que os trabalhadores produzem e ganham mais; melhoram a empregabilidade e a mobilidade de mão de obra, aumentam a capacidade para pesquisar, inovar e adaptar-se às novas tecnologias; que uma ampla oferta de educação e qualificações influencia o percurso do desenvolvimento econômico

nacional; atrai investimentos estrangeiros e promovem o crescimento e aumentam a produtividade a um nível mais elevado; redução da necessidade de subsídios aos desempregados, redução da incidência criminal, melhoria do cumprimento da lei e dos conhecimentos no domínio da saúde.

2- Empregabilidade

ALVES (2007) afirma que o conceito de empregabilidade traduz as exigências de qualificações, mas incorpora em si, como contrabando ideológico, a promessa obliterada da possibilidade concreta de inclusão social no sistema orgânico do capital. O discurso da empregabilidade oculta a lógica da produção destrutiva e da exclusão social, determinando o âmago das políticas de formação profissional. Ele tende a tornar-se um senso-comum das ideologias de formação profissional no capitalismo global, tornando-se a referência norteadora, o "dever ser" dos programas de formação profissional e, inclusive, das próprias políticas educacionais.

De acordo com essa crítica, o conceito de empregabilidade opera com clareza as contradições da mundialização do capital, totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, nos discursos de neoliberais ou sócio democratas, como requisito básico para superar a crise de desemprego. Nesse contexto ideológico, é a empregabilidade que irá apresentar a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito.

De acordo com FRIGOTTO (2010), no âmbito do pensamento pedagógico, o discurso em defesa da educação é predominantemente retórico ou colocado de forma inversa, tanto na ideologia do capital humano (anos 60 a 80), quanto nas teses da sociedade do conhecimento, da pedagogia das competências (ramos 2001) e da empregabilidade (anos 80 em diante).

As noções de sociedade do conhecimento, qualidade total, cidadão produtivo, competências e empregabilidade têm poder ideológico letal e apresentam a realidade de forma invertida: o nosso desenvolvimento está barrado porque temos baixos índices de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua empregabilidade.

3- Desenvolvimento

Desde sua criação, as Escolas de Aprendizes e Artífices eram sempre deixadas à margem do sistema educacional brasileiro, tendo, especialmente, uma missão assistencial. Este modelo de instituição surgiu como o objetivo de amenizar os problemas sociais que se desencadeavam nas cidades, tendo em vista a crescente urbanização, do que propriamente formar para o trabalho, tornando a educação mais um dispositivo de reforço das desigualdades.

Em meados da década de 1940, o país se inclinava para o tipo de desenvolvimento econômico baseado na industrialização em substituição às importações. Naquele contexto, um dos requisitos era a preparação do operariado. Foi uma década de grandes avanços em favor do ensino profissionalizante, considerado naquele momento histórico, como elemento condicionante para o crescimento industrial do país. A presença marcante do capital estrangeiro no Brasil, principalmente o americano, facilitou o treinamento de professores, técnicos e administradores do ensino técnico, a aquisição de equipamentos e recursos didáticos, tudo na tentativa de implantar uma cultura na área industrial. Assim, a instrução e a qualificação dos indivíduos passam a ser vistas como um investimento. Esquece-se o homem, enquanto ser, passando a vê-lo como "objeto", como mais um elemento necessário ao desenvolvimento da economia e industrialização, como um investimento. A palavra de ordem era "treinar para a produtividade".

Assim, a educação e a formação para o trabalho sempre foram dois pólos de uma equação desigual. Não necessariamente excludentes, mas enfatizando ora mais a emancipação, ora mais a adaptação ao mercado.

Na breve e recente experiência democrática pré-ditadura militar, as propostas de educação emancipadora enfatizaram programas de educação NO trabalho e NAS comunidades, especialmente rurais. A ditadura militar instaurada no início dos anos 60 trouxe consigo a ênfase no conceito de Capital Humano, como base para um projeto de desenvolvimento chamado milagroso e sustentado em dívida internacional. A transição para a democracia foi modelada pelo projeto reconhecido com neoliberal, indicando a continuidade da ênfase no conceito de Capital Humano como subsídio para a acumulação apoiada nos trabalhadores, cada vez mais adaptados às demandas do mercado, o que significa, entre outras coisas, trabalhadores bem formados e motivados para as novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho. Os governos Lula expressaram um empenho em realizar a transição para um modelo reconhecido como neo desenvolvimentista, com ênfase no conceito de emancipação dos trabalhadores, apoiado em políticas

sociais e em programas de inclusão na área da educação e da formação para o trabalho.

Em nível internacional, a OIT articula o conceito de trabalho digno com a formação profissional e os projetos de desenvolvimento nacional, de forma a acolher de um lado a emancipação individual via formação e, de outro, a emancipação social via desenvolvimento econômico.

Atualmente, no Brasil, as principais propostas atinentes à educação profissional em andamento são:

- a) Projeto de Lei 1209/ 2011 – PRONATEC
- b) Pacto Pela Educação - RS

II - A SUBCOMISSÃO DA AL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A proposta da constituição da Subcomissão para estudar o tema de Educação Profissional e, especificamente, a proposição de um Conselho de Educação Profissional, Empregabilidade e Desenvolvimento Sustentável, teve origem nas recomendações finais da Comissão Especial para tratar o Ensino Profissionalizante no RS 2009–2010 (Anexo sete deste relatório).

O intuito é de contribuir para o “Pacto pela Educação”, ajudando construir políticas públicas de formação profissional e empregabilidade, fatores relevantes para o desenvolvimento sustentável e o mundo do trabalho.

1 - Objetivo

“Propor a criação de um Conselho de Formação, Empregabilidade e Desenvolvimento, que articule todas as esferas, instâncias e instituições de educação profissional, planejamento e trabalho existente no Rio Grande do Sul, com o objetivo de otimizar a oferta de cursos, evitar sobreposições entre os sistemas e potencializar o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais de forma integrada.”

2 - Cronograma

Aprovação do requerimento – Reunião da CECDCT – ALERGS em 24 de maio de 2011/ RDI – 67/ 2011

Tempo de duração: 120 dias.

- Início: 24 de maio;

- Término: sete de outubro.

- Reuniões Deputados/as e sociedade:

- 1ª Reunião – 8 de junho de 2011
- 2ª Reunião – 29 de junho de 2011
- 3ª Reunião – 13 de julho de 2011
- 4ª Reunião – 27 de setembro de 2011

- Local: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

- Audiências Públicas:

- Na ALERGS – Proposta de audiências públicas em conjunto com a Comissão de Educação Câmara Federal – Projeto de Lei – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC e Ministério da Educação.

- Porto Alegre – 11 de julho de 2011
- Santa Maria - 05 de agosto de 2011
- Rio Grande – 26 de agosto de 2011
- Pelotas – 05 de setembro de 2011
- Caxias do Sul – 15 de setembro de 2011

III – SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

1 - Os Observatórios de Educação Profissional no RS

a) Observatório da Rede Federal de EPCT

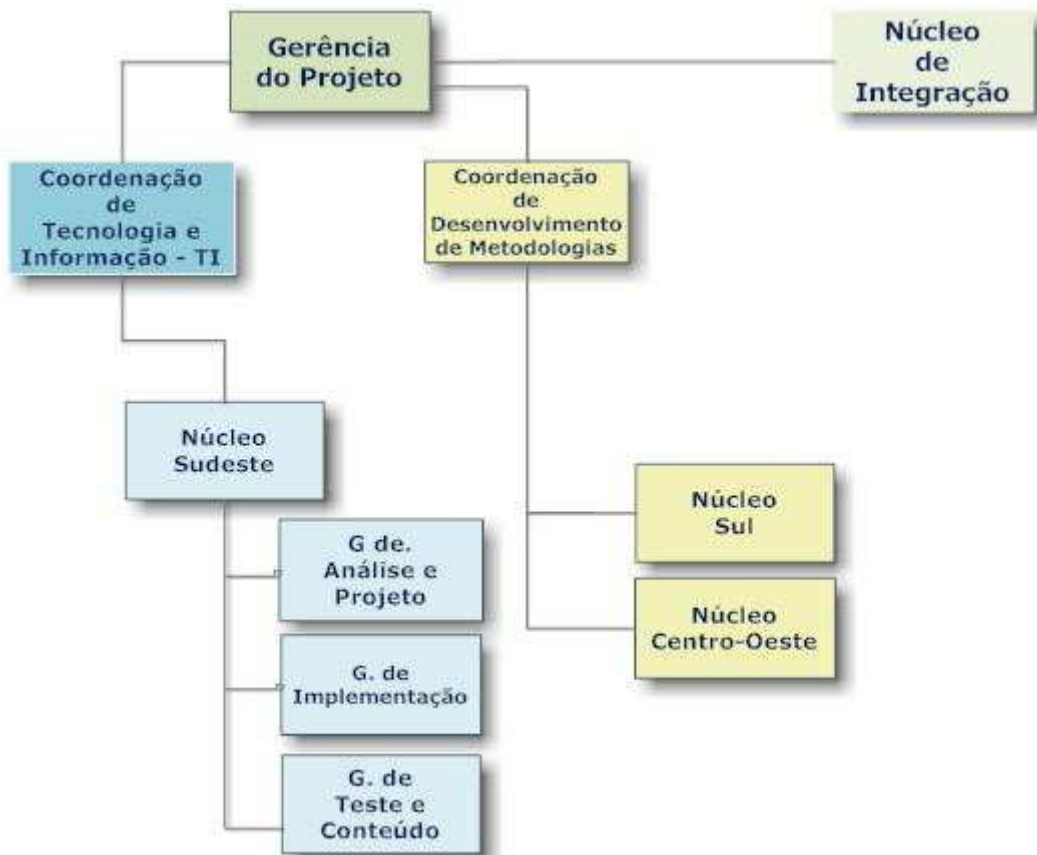
O Observatório Nacional da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica é um dos projetos da Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - RENAPI (oficialmente instituída no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica /Ministério da Educação e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica pela portaria nº 157, publicada no Diário Oficial da União no dia 4 de novembro de 2010). No Rio Grande do Sul, está instalado no IFSul, sob a coordenação da Sra. Ana Lúcia Ribeiro Mendes.

O Objetivo do Observatório é estruturar uma rede de pesquisa, de documentação e de informações de referência que permita refletir, de forma atualizada, permanente e contextualizada, as diversas dimensões de EPCT e seu território.

Os Institutos Federais, de acordo com sua concepção, constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas pelo mercado. Seu papel é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil. Dessa forma, para afirmar a educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania, é necessário que ela possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade.

Os Institutos são espaços privilegiados de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias capazes de gerar mudança na qualidade de vida de milhares de brasileiros. O Observatório da Rede Federal de EPCT vem ao encontro desses objetivos desenvolvendo metodologias e ações com vistas a dar o suporte necessário para que a rede cumpra seu papel. O Núcleo Sul do Observatório está sediado no IFSul-riograndense/Reitoria.

Estrutura



Dimensões de pesquisa



Metodologia desenvolvida

Mercado Formal - A metodologia de pesquisa proposta estrutura-se em três vertentes:

- **Setorial** - permite identificar os principais setores que geram empregos na Mesorregião estudada e a evolução da escolaridade e da remuneração dos trabalhadores desses setores nos anos selecionados.

- **Ocupacional** - evolução do estoque de emprego formal por ocupações técnicas (extraídas da CBO) por Mesorregião e evolução da escolaridade e da remuneração dos trabalhadores dessas ocupações nos anos selecionados.

- **Educacional** - análise da oferta de vagas, número de inscritos, matriculados e Egressos da Rede Federal.

Mesmo que em princípio, os dados possam ser extraídos separadamente em cada uma destas vertentes, a metodologia propõe, posteriormente, interligá-los de modo a criar mecanismos para a melhor compreensão da dinâmica do mercado de trabalho e sua compatibilidade com a oferta de profissionais qualificados:

- **Matriz de Decomposição Setorial segundo Ocupações Técnicas** - avaliar a participação de cada categoria profissional (ocupação técnica) nos principais setores econômicos da Mesorregião analisada. Dessa maneira, é possível identificar as categorias profissionais mais importantes nos principais setores econômicos em um ano específico de um determinado recorte espacial.

- **Matriz de Decomposição Educacional segundo Ocupações Técnicas** - identificar quais cursos formam mão de obra para as principais categorias profissionais (ocupações técnicas). Nessa matriz, poderão ser feitas as análises – estáticas e dinâmicas – dos dados educacionais por ocupações técnicas por área educacional numa determinada Mesorregião.

- Análise Comparativa da “Evolução do Estoque de Emprego Formal por Ocupação Técnica por Setor” com a “Evolução da Oferta de Vagas ou Matrículas por Ocupações Técnicas por Área Educacional”- possibilidade de observar qual o grau de associação ou dependência dos diversos setores econômicos em relação à oferta de mão de obra disponibilizada pela Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT).

- Levantamento do saldo das contratações por ocupações - CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), com base na RAIS - CAGED.

- Levantamento do quantitativo de trabalhadores pela divisão CNAE e por estabelecimentos. Análise das ocupações relacionadas aos cursos oferecidos na Rede Federal.

Estudo dos Arranjos

O objetivo do estudo é obter um diagnóstico que possibilite ao IFSul a definição de políticas institucionais comprometidas com o

desenvolvimento local, regional e políticas públicas de enfrentamento da pobreza assim como desenvolver uma metodologia de referência para a Rede Federal de EPCT.

O estudo foi realizado no período de abril de 2009 a junho de 2010 na microrregião de Pelotas/RS, onde foram levantados APLs priorizados pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio) e APLs potenciais.

Na etapa inicial foi realizado o levantamento dos APLs priorizados pelo MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e a identificação de APLs estruturados e potenciais através de reuniões com representantes do SEBRAE e do Núcleo estadual de APLS.

Na segunda etapa, foi verificada a estrutura dos arranjos prospectados a partir de informações do SEBRAE e do MDIC e realizados contatos e reuniões com as governanças e lideranças dos mesmos. Definiu-se que o trabalho seria realizado com potenciais arranjos por entendermos que a região que estava em processo de estagnação recorrente só teria a ganhar com a possibilidade de organização de atividades produtivas, até então, entregues à mercê da sorte.

A definição dos arranjos potenciais que seriam objeto de pesquisa foi em conjunto com as próprias lideranças (nem todos estavam prontos para participar).

Foram estruturadas oficinas de orientação técnica para lideranças de três arranjos: Flores, Mel e Vestuário. Utilizou-se o método de levantamento de pontos fortes e fracos, necessidades de inovação tecnológica e de formação, entre outras.

Durante as oficinas, nos momentos de avaliação, diversas vezes o descaso da sociedade, incluindo o dos governantes, foi colocado. Também, a maioria descreveu a desconfiança e a descrença inicial que sentem cada vez que alguma instituição inicia um projeto na tentativa de melhorar a situação de vida e de trabalho em que se encontram. Isto segundo a avaliação dos grupos ocorre devido à falta de continuidade das ações e da falta de articulação entre as instituições. As ações no ponto de vista desses grupos são isoladas e desvinculadas de um projeto maior.

Durante as oficinas foram utilizados instrumentos de coleta de dados, para quantificar aspectos da estrutura dos grupos. A elaboração dos relatórios com os resultados detalhou todos os aspectos abordados e foram encaminhados às lideranças dos arranjos prospectados, às instituições que apóiam o projeto, à Associação de Prefeitos da Zona Sul, à Reitoria do IFSul e ao secretário da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Estado. Como resultado desse relatório o IFSul e a AZONASUL realizaram convênio no sentido de priorizar as ações necessárias ao fortalecimento desses potenciais arranjos.

Na terceira etapa foram feitas reuniões de validação e apresentação do Plano de Desenvolvimento para ser entregue ao

governo do Estado. As demandas por capacitação e inovação tecnológica foram encaminhadas ao IFSul e aos Prefeitos da Zona Sul para análise da possibilidade de atendimento.

Estudo dos egressos - Sistema de Educação e Trabalho

Este sistema tem por objetivo integrar, de forma contínua e eficiente, Institutos da Rede Federal, alunos, egressos e o mercado de trabalho, além de criar um novo panorama em relação à integração das instituições com seus egressos e alunos, visa sistematizar uma relação contínua destes com o mercado de trabalho, através de informações constantemente atualizadas.

O sistema pode ser utilizado como mecanismo de disseminação das informações e comunicação com o universo de EPCT (Educação Profissional, Científica e Tecnológica) e a sociedade em geral, assim como criar e gerenciar informações sobre pesquisa de realidades socioeconômicas, de alunos/egressos e do mundo produtivo, gerando indicadores e análises.

Atividades desenvolvidas no Núcleo IFSul em 2011

- Pesquisa de dados em jornais, periódicos e INTERNET, análise da realidade socioeconômica da região de influência do IFSul-rio-grandense. Essa pesquisa é realizada semanalmente e tem por objetivo atualizar um portfólio que sirva de referência para estudos posteriores.
- Levantamento na base de dados do MTE/RAIS e elaboração de diagnóstico do emprego formal na microrregião de Jaguarão referente ao ano de 2010.
- Boletim técnico do Rio Grande do Sul: versão com dados atualizados de 2010 (em elaboração).
- Observatório Binacional IFSul/UTU; Boletim de Fronteira - Levantamento e Análise dos dados da microrregião da Campanha Central SIDRA/IBGE realizada em conjunto com a Universidade do Trabalho do Uruguai -UTU.
- Participação no Comitê Gestor de Fronteira.
- Levantamento socioeconômico educacional dos alunos e candidatos dos cursos binacionais do IFSul e da UTU (Campus avançado de Livramento e UTU). O objetivo é obter um perfil comparativo entre os alunos brasileiros e uruguaios e o perfil dos candidatos que não foram aprovados.
- Para a replicação da metodologia do Mercado Formal, foi elaborado um Tutorial- Manual e Slides. A replicação para a Rede é feita de acordo com cronograma definido pela SETEC.
- SIET - Desenvolvimento no Campus Pelotas do projeto piloto de implantação.
- Prospecção de Arranjos Produtivos potenciais e estruturados na área de influência do IFSul: Elaboração de tutorial com a metodologia.

- Articulação com as coordenações dos APLs prospectados dando suporte para o preenchimento dos planos de desenvolvimento e projetos.

- Projeto de desenvolvimento de Metodologia de análise de APLs – Prospecção de tendências ocupacionais: tem por objetivo desenvolver uma metodologia para prospecção e análise de Arranjos Locais existentes em mesorregiões onde estão localizados os *campi* dos Institutos Federais, tendo como referência as áreas técnicas e tecnológicas de formação existentes, de forma a construir um diagnóstico com vistas à elaboração de uma agenda de ações entre os Institutos Federais e os Arranjos Locais. (Previsão de início para o segundo semestre de 2011).

b) Observatório da Universidade de Caxias do Sul: possibilidades de diálogo com a sociedade

O observatório é um grupo de pesquisa multidisciplinar, com professores do curso de Economia, de cursos da área das exatas, história, administração, que tem como objetivo estudar o mundo do trabalho formal e informal de Caxias do Sul e também na região de abrangência política da Universidade de Caxias do Sul, sob a coordenação do Professor Moisés Waismann. Os eixos temáticos da linha de pesquisa são: educação e trabalho, emprego e trabalho, Estado, política, organizações sociais.

O observatório foi criado formalmente em 2009, a partir de uma discussão da UCS e do DIEESE sobre levar para Caxias do Sul a pesquisa mensal de emprego e desemprego. Desenvolve uma metodologia junto ao DIEESE e ao SEAD. Faltam, na realidade, verbas para fazer a pesquisa, que dependem da municipalização do SINE. Já foi feito para a prefeitura de Caxias do Sul um esboço do projeto de municipalização. Não adianta ter os números, que são mensais, se não houver localmente quem possa fazer a análise desses números. Surgiu daí a necessidade de capacitar um grupo de professores no sentido de compreender e analisar, mais que os dados, a realidade da região.

Neste sentido, surge o Observatório do Trabalho, com o objetivo de promover pesquisas sobre o trabalho para subsidiar demais pesquisas afins, intensificando a relação entre UCS e mundo do trabalho.

Objetivos

1. Diálogo cotidiano do observatório com a sociedade organizada e com a própria UCS, possibilitando a apropriação destas informações, para se projetar a questão de seus cursos tecnológicos e novos cursos de graduação, que vão surgir a partir das demandas do mercado.

2. Implantar a pesquisa de emprego e desemprego junto com o DIEESE, disponibilizar informações para a ação dos gestores públicos,

privados e da sociedade civil organizada. Três documentos exemplificam o que é produzido:

- Um boletim anual, "Mulheres e mercado de trabalho", feito em parceria com o DIEESE, em comemoração ao mês das mulheres.

- Um boletim anual sobre a juventude.

- Cartas mensais sobre o mercado de trabalho de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Vacaria e agora, para a região de São Marcos, em que analisamos o mercado de trabalho, a relação Brasil, RS e o município.

Isso tem feito com que estas informações fiquem disseminadas. Por exemplo, no dissídio dos metalúrgicos e dos comerciários, as duas partes as usam, o que qualifica um pouco mais a discussão.

A principal fonte secundária de dados para o Observatório é o Ministério do Trabalho e Emprego, com as informações da RAES e do CAGED. Há algumas tentativas de entrar nos números do SINE, o que possibilitaria muitas outras informações e a sistematização desses dados, sua análise e disponibilização para conhecimentos derivados de nossas próprias pesquisas. Esses boletins e cartas geram, em um segundo momento, pesquisas acadêmicas. Algumas vezes, são produzidos artigos, que são apresentados em congressos ou viram capítulos de livros. Existe assim, a junção da academia com a disponibilidade de dados para a sociedade.

3. Identificar as novas ocupações, no sentido de novas habilidades e competências do mundo do trabalho. Conseguimos, ao acompanhar os índices de empregados e desempregados, perceber seus perfis. Foi muito interessante ver como a crise de 2008 chega a Caxias do Sul e o que ocorre com aquela mão de obra que estava empregada em um período de 3, 4 ou cinco meses. Ou seja, há uma mudança violenta em relação à qualificação, a renda, a questão de gênero, que foram muito acentuadas naquela época. O reflexo da crise financeira de 2008 foi nossos primeiro exercício em que centramos as forças para poder compreender o que aconteceu em CS com os trabalhadores que estavam empregados, aqueles que permaneceram empregados depois daquela onda de demissões que se teve no último trimestre do ano.

4. Entender a velocidade de inserção no mundo do trabalho nas áreas de atuação dos próprios egressos da UCS, buscando alinhar, vagarosamente, os currículos às novas demandas do mercado de trabalho e a questões que vão surgindo com as novas ocupações.

5. Divulgar e disseminar os resultados das pesquisas, oferecendo subsídios para o entendimento do trabalho pelo meio acadêmico e a tomada de decisão pelos gestores públicos e privados. Hoje a prefeitura de Caxias do Sul e todos os deputados estaduais e federais, que têm como base a Serra, conhecem o nosso trabalho e se apropriam dele para fazer os seus debates de modo qualificado.

A UCS está hoje espalhada por toda a região nordeste do RS, de São Sebastião do Caí até Vacaria, de Guaporé a Terra de Areia, com mais de 30 mil alunos, em uma região com mais de um milhão de pessoas. Esse é o quadro da UCS, que abriga desde 2009 o Observatório do Mundo do Trabalho, que é um grupo de trabalho multidisciplinar, com professores da área de economia, da área de gestão, da área do direito. Já tivemos pessoal da área de estatística, enfim, temos um olhar no sentido de observar as questões do mundo do trabalho da região de abrangência política da UCS.

O nosso primeiro desafio é sempre relacionar esta região, com o RS e com o Brasil para acompanhar as questões do mundo do trabalho.

O observatório trabalha basicamente com os registros administrativos do Ministério do Trabalho, a partir das informações que são prestadas pelas organizações para o CAGED para o cadastro de emprego e desemprego, para o cadastro anual de informações sociais da RAISE.

Paralelamente a isto nós temos um acompanhamento anual do mercado de trabalho com a RAISE, onde estão distribuídos os 171 mil trabalhadores do mercado formal de CS, em que seguimentos estão, qual a sua renda, como está distribuição de gênero neste processo, a escolaridade, e em que tipo de ocupação e setor econômico se colocam estes trabalhadores. A juventude, trabalhadores entre 17 e 29 anos, é localizada, é investigado o que fazem, qual a sua carga horária; pois, o que nós vimos no relatório do ano passado, é que os jovens de CS trabalham mais do que a média dos trabalhadores. Isto na realidade mostra um seqüestro da juventude que deveria estar se qualificando, se preparando, o que significa que no futuro estes jovens irão produzir menos, pois, estarão menos qualificados para o processo produtivo.

Também possuímos o recorte de gênero sobre o mercado de trabalho para mulheres, onde identificamos que 60% das mulheres do mercado de trabalho de CS ganham até dois salários mínimos. As mulheres em CS no setor da indústria de transformação recebem 54% da renda que os homens recebem.

São informações que são disponibilizadas pela UCS por meio do Observatório do Mundo do Trabalho, para que a sociedade possa se apropriar destes números e realizar um debate qualificado sobre as relações de trabalho, e movimentos que o mundo do trabalho realiza na região de CS.

Temos ainda, duas pesquisas de fôlego que vão analisar todo o processo de reestruturação produtiva de 1990 até 2010 pelo olhar de como foi o deslocamento de homens e mulheres no mundo do trabalho. Os homens saem de muitos postos de trabalho que são ocupados pelas mulheres. Percebe-se aí que as mulheres, mesmo sendo mais escolarizadas que os homens, nas mesmas ocupações, recebem menos, e não conseguem, principalmente, galgar postos superiores.

Realizamos outra pesquisa que dialoga com a questão da formação profissionalizante e o mundo do trabalho, como vemos a partir do artigo da LDB, que todo o professor do ensino profissional e/ou ensino básico, não pode ser professor sem ter curso superior, e aí poderemos analisar como isto impactou a qualidade do ensino. E verificando que os gastos com educação proporcionalmente diminuíram, mas a qualidade medida (sobre várias suspensões), por exemplo, pelo IDEB aumentaram, pois ela se relaciona com a maior qualificação dos professores. Nós estamos aumentando os professores que atuam hoje com qualificação. No ensino fundamental, mais de 80% em CS tem ensino superior. Quanto mais qualificado o professor, melhor é o processo a que o aluno será submetido.

Além disso, estamos verificando, através de um trabalho de monografia que uma aluna está fazendo, como a escolarização superior afeta positivamente o PIB, o PIB *per capita* e do IDESE, que mede o ponto de qualidade de vida. Este trabalho deverá ficar pronto este ano para ser apresentado, e abrange quatro municípios: Vacaria, CS, Canoas e Porto Alegre.

Trabalhamos com outro banco de dados para ver as movimentações do mercado de trabalho a partir das migrações, não necessariamente territorial, mas as migrações que os trabalhadores do mercado formal vão ter ao longo do tempo. Por exemplo, a evolução de alguém que era secretário, *office boy* e depois professor universitário. O objetivo é enxergar essas movimentações.

Esforço de articulação entre observatórios

Estamos em tratativas com o IF para construir um grande observatório do mundo do trabalho, para juntarmos esforços para observar. É uma diretriz nacional de ficar monitorando o desenvolvimento do mercado para saber que ocupações serão necessárias para um determinado modelo de desenvolvimento sustentável que está sendo já aprofundado, induzido por políticas públicas do estado, já que o Estado brasileiro hoje não é inoperante, não é um Estado que deixa a sociedade às livres forças do mercado, é sim um Estado forte, organizado, indutor de desenvolvimento, direcionando o crescimento econômico para que a sociedade entenda o que seja o mais correto e o mais justo.

Neste sentido, uma das atribuições do IF é identificar para onde vai este desenvolvimento, e que ocupações e formações privilegiam este novo modelo de crescimento. Está a nossa nova etapa de nosso trabalho.

Estas são as possibilidades de que o Observatório do Trabalho da UCS tem a oferecer. Nós temos sim, um grupo de professores qualificados, que desenvolveram uma 'expertise' de olhar e interpretar os números que são divulgados, os números oficiais. Existem bancos de dados que são muito poderosos, os quais nós ainda não conseguimos entrar, que é o banco de dados do SINE.

Mas para se ter um quadro da realidade de algumas regiões metropolitanas do Brasil, como são os casos de POA, São Paulo, BH, são necessárias informações sobre o mercado de trabalho informal, que são dados que exigem uma pesquisa domiciliar, pesquisa nos moldes que o IBGE já faz, através da pesquisa mensal de emprego, ou nos moldes que o DIEESE já faz na pesquisa de emprego e desemprego.

Assim, a UCS tem um convênio com o DIEESE para tentar em CS uma pesquisa de emprego e desemprego. Seria a primeira pesquisa mensal domiciliar de emprego e desemprego fora das regiões metropolitanas das capitais, com 1500 domicílios sendo pesquisados, para podermos ter um pouco de conhecimento deste mercado informal, tendo uma visão bem melhor do que nós temos hoje, através de dados que já são muito poderosos vindos do Ministério do Trabalho, já que CS e região são muito diferentes do resto do país; temos 430 mil habitantes pelo senso de 2010, e um mercado de 171 mil pessoas trabalhando formalmente, é um dos maiores índices de formalização do Brasil. Temos uma boa parcela da PEA no mercado formal, devido à matriz industrial de CS. Enquanto o Brasil e o RS têm suas ocupações na área do comércio e serviço, em CS é na área da indústria.

c) Instituto Técnico de Assessoria e Pesquisa (ITEPA) – Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)

O Instituto Técnico de Assessoria e Pesquisa (ITEPA), com a coordenação do Professor Erli Massau, é um órgão com mais de 40 anos de atuação que disponibiliza um banco de dados com informações sócio-econômicas de toda a zona Sul, englobando 22 municípios da região. O Instituto, que faz parte do Escritório de Desenvolvimento Regional (EDR) da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), divulgou este ano um relatório, com números referentes a sua atuação nos últimos dez anos.

Dentre uma das mudanças significativas, destaca-se a criação, em fevereiro de 2010, de um portal na Internet para a publicação dos dados. Desde que está *online*, esse portal já recebeu cerca de sete mil consultas, estabelecendo uma média mensal de 415 visitas. Ao longo desses 10 anos, o Banco de Dados do Instituto foi acessado 2.731 vezes, tendo sido consultado por 21 empresas, com objetivo de se fixar na região. Foram 10 estudos publicados nesse período, dentre os mais de 300 realizados nas mais de quatro décadas de história.

Antes do portal, a atualização dos dados era publicada anualmente em um livro com tiragem de 700 exemplares. Hoje, com a velocidade proporcionada pela Internet, essa atualização ocorre continuamente. São vários canais, com diversos tipos de informações socioeconômicas, incluindo monografias, comentários e artigos. Também, através do portal, é possível acessar outros 78 sites a respeito de aspectos sociais, econômicos e empresariais.

Os dados são de domínio público e podem ser utilizados por qualquer interessado. A participação também é livre, tendo como única restrição a conotação de pensamentos político-partidários. O ITEPA é um dos órgãos que mais possui dados sobre a região, também se destacando por realizar comparativos entre os mesmos.

2 - O Sistema Federal de Educação Profissional no RS

a) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC

As contribuições do Sr. Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério de Educação, da Deputada Federal Fátima Bezerra, Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal, do Deputado Federal Antônio Carlos Biffi, Relator do PL 1209/ 2011, da Professora Claudia Schiedeck Soares, Reitora do Instituto Federal Rio Grande do Sul e seus representantes-Professor Amilton de Moura Figueiredo – Diretor Campus Restinga e professor Osvaldo Caseres Pinto – Diretor do Campus Rio Grande, colhidas pela Subcomissão em diferentes momentos de suas atividades, estão sintetizadas na explanação que segue.

A proposição de um programa nacional que mobilize as diferentes redes de educação profissional surge nos debates e nas conclusões das Conferências de Nacional de Ensino Técnico e Profissional e a de Educação Básica realizadas no período de 2007 a 2010. Essas Conferências, coordenadas nacionalmente pelo Ministério da Educação, encontraram parceiros na sociedade civil, nos estados e nos municípios, provocando, hoje, uma discussão que é absorvida e levada pelo conjunto da sociedade.

O PRONATEC é uma mobilização de todos os ofertantes da educação profissional no país. É um programa vertebrado pela rede federal.

Está em um processo de construção coletiva de integração de redes, e o PRONATEC, vai substituir ou incorporar o que vinha sendo o 'Brasil Profissionalizado', que começou na década de 80 com o PROEP; hoje o PRONATEC permite integrar as redes e qualificá-las.

É fundamental compreender a necessidade de sistematizar as políticas. Porque a educação profissional pode estar sendo executada pela iniciativa privada, pelo terceiro setor, universidades comunitárias, etc., pelo poder público - escolas federais, escolas estaduais, pelo sistema S, mas é precisa compreender que isso é um sistema, a sociedade não entende isso por sistema.

O desenvolvimento das políticas do PRONATEC se dará primeiro com a Bolsa-Formação Estudante, com a Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários do seguro-desemprego e com a Bolsa-Formação Trabalhador para os beneficiários das políticas de inclusão do

governo, especialmente da Bolsa-Família.

Hoje as grandes empresas estão importando mão de obra, mas a pequena e a média empresa brasileira não tem como importar mão de obra de engenheiros e técnicos. É o Estado Brasileiro que tem de investir nessa política, porque é uma política pública. A idéia é que ela seja vertebrada pelo setor público.

A meta é chegar até o final do PNE, nos próximos 10 anos, a mil unidades na rede federal. Cada município deverá ter uma escola da rede federal que estabeleça um padrão de qualidade para o ensino médio brasileiro, que vive uma crise terrível de identidade e de qualidade. Dessa forma, atuando junto às redes públicas, que é uma das missões dos institutos federais, poderá resgatar a qualidade do ensino médio e abrir uma perspectiva para o ensino médio.

O ensino médio tem de preparar para o mundo do trabalho, isto é, preparar para a vida em sociedade, porque certamente é isso que faz a pessoa se integrar de forma autônoma dentro dessa mesma sociedade.

O PRONATEC está tramitando no Congresso Nacional. Prevê a inclusão de todas as Universidades Comunitárias, Privadas e Públicas, os Institutos Federais as Escolas Técnicas das diferentes redes do sistema estadual e municipal de educação e o Sistema S.

Objetivos

- Interiorizar, democratizar a oferta de cursos da educação profissional;
- Ampliar a rede física de ensino profissional e aperfeiçoar sua infra-estrutura;
- Qualificar o ensino público através da articulação com a oferta da modalidade de ensino técnico profissional, (aqui entra a proposta de se criar um Fórum da Educação Profissional para rearticular as ofertas e modalidades de ensino);
- Ampliar a educação Profissional para populações da EJA, indígenas, quilombolas, apenados, e trabalhadores do campo;
- Integrar as diferentes redes - exemplo do projeto piloto que será implantado com o Campus Restinga POA, no qual os alunos farão o ensino médio na rede estadual e o ensino técnico no IF;
- Contemplar a população beneficiária dos programas de transferência de renda do governo federal através da oferta de vagas e da busca de garantir a permanência destes nas instituições (com bolsas estudantes e 'bolsas trabalhador').
- Efetivar cursos curtos de formação - Cursos de Qualificação, para trabalhadores em suas regiões, que trabalhem partes específicas da formação, como soldadores, azulejista, etc.

- Ofertar ao trabalhador/as que, ao saírem pela segunda vez de um emprego (uma segunda demissão), além de receberem o seu seguro desemprego, terão de passar obrigatoriamente por um curso de qualificação, para evitar essa permanência no seguro desemprego.
- Disponibilizar uma linha de financiamento para empresas que desejem, através de parcerias, realizarem a qualificação específica de seus trabalhadores.

O público beneficiado do PRONATEC são estudantes do ensino médio da rede pública – incluindo jovens e adultos – e os trabalhadores. As modalidades de formação são duas: cursos técnicos – com 1.800 horas – e formação inicial continuada – com um mínimo de 160 horas. Esses cursos serão ofertados pela rede federal de educação profissional e tecnológica, redes estaduais de educação, Sistema S e rede privada de educação sempre de forma gratuita. Mesmo quando não se tratar da rede pública, a oferta será sempre gratuita

A educação profissional e tecnológica deve ser vista não apenas como instrumento de aprendizagem, mas como instrumento de criação de uma tecnologia aplicada e voltada para a exploração de forma democrática e inclusiva das riquezas nacionais. O PRONATEC é a multiplicação da educação profissional por meio de todos os atores possíveis.

b) O Programa Brasil Profissionalizado

O Brasil Profissionalizado é uma política de apoio às escolas públicas estaduais. São convênios estabelecidos com os Estados para construção, reforma e ampliação de infra-estrutura e recursos pedagógicos. A maior parte do projeto de execução está prevista para 2012-2013, com valor conveniado até 2010 de 1,5 bilhões de reais em 23 Estados. No Rio Grande do Sul, o convênio foi de 54 milhões de reais no governo anterior, um convênio pequeno para as dimensões do Estado. O atual governo iniciou o processo de execução, já que o governo anterior só havia executado quatro milhões de reais, basicamente para a compra de equipamentos adquiridos sem licitação, através da ata de preços.

Na medida em que o Rio Grande do Sul começa a executar esses 50 milhões de reais que ainda restam, existe a possibilidade de dobrar esses valores a partir do segundo semestre para equipar escolas técnicas ou escolas de ensino médio que queiram aprofundar e aperfeiçoar a educação científica. São 150 escolas técnicas ou de ensino médio que estão sendo beneficiadas com reformas e ampliações em 99 Municípios gaúchos.

c) A Escola Técnica Aberta do Brasil – ETEC

A Escola Técnica Aberta do Brasil – ETEC tem como objetivo proporcionar a educação profissional técnica na modalidade à distância. São 358 pólos com 2.420 alunos em 15 cursos. A proposta é de chegar a 12 mil alunos até o final deste ano.

No Rio Grande do Sul, há pólos em Alegrete, Bagé, Cachoeira do Sul, Canguçu, Cidreira, Cruz Alta, Rio Grande, Santa Maria, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, São Borja e São Lourenço do Sul. Nossa intenção é implantar no mínimo mais 50 pólos no Rio Grande do Sul em convênio ou com o Estado ou com os Municípios.

d) Acordo com o Sistema S

Uma das propostas para a ampliação de vagas é o acordo com o Sistema S, que terá a obrigatoriedade de oferecer matrículas gratuitas. O SENAI e o SENAC devem aplicar dois terços da sua receita na oferta da educação profissional gratuita. SESI e SESC devem aplicar um terço.

Em 2009, o SENAI ofereceu 82 mil vagas de Formação Inicial e Continuada – FIC – e cinco mil vagas de cursos técnicos; em 2010, 99 mil vagas de FIC e sete mil de ensino técnico. O SENAC ofereceu mais. Foram 157 mil vagas de FIC e 17 mil de ensino técnico em 2009; 226 mil vagas de FIC e 18 mil vagas de cursos técnicos em 2010.

Gratuidade

O presidente Lula, no fim de 2008, assinou um acordo com o Sistema S, com os principais S: SENAC, SENAI, SESI, SESC, Feiras aqui no Rio Grande do Sul Fecomércio, na CNI – Confederação Nacional da Indústria e Confederação Nacional do Comércio – CNC, para que estes recursos, que são na verdade públicos, (são arrecadados através da Previdência Social) passam direto para a gestão privada, através do Sistema S passem a ser gratuitos. Os cursos do Sistema S são muito caros. 66% destes recursos arrecadados, (17bilhões/ano), agora têm de ser destinados à gratuidade. Aqui no Rio Grande do Sul, será através de um instrumento da estrutura do FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador, (CODEFAT e Comissão Tripartite Paritária de Emprego no Estado e em cada município a Comissão Municipal de Emprego). A partir desse ano, por conta disto, o Sistema S do Rio Grande do Sul já disponibilizou a sua gratuidade para ser discutida na Comissão Tripartite Paritária de Emprego.

Demandas

A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social está organizando audiências públicas em todas as cidades do Rio Grande do Sul com mais de 100 mil habitantes e em todos os COREDS para auscultar as demandas do empresariado, da mesma forma que a Delegacia Regional do Ministério do Trabalho realizou em Rio Grande há dois anos com o PLANSEQ Naval. Mas não vamos só saber o que os empresários precisam, eles tem que nos dizer o conteúdo, os seus técnicos vão sentar com as instituições contratadas seja as escolas técnicas, ou seja, o Sistema S, contratado com o recurso do FAT ou na conta da gratuidade do sistema, vai intervir para ajudar a dar construir as suas necessidades inclusive o conteúdo.

Empregabilidade

Em contra partida, os empresários terão que garantir empregabilidade, mais do que o diploma. Portanto, não dá para fazer qualificação profissional por fazer, temos de dialogar com o mundo do trabalho, com o empresariado, porque o empresariado sabe o que falta. Talvez mais do que o empresariado, mas os seus técnicos saibam das demandas e necessidades da formação para empregar. E esse formar para empregar significa o seguinte: o curso só sai se os empresários garantirem a contratação do percentual significativo daqueles que forem formados, que foi o que aconteceu no PLANSEQ Naval no município de Rio Grande quando conseguiu garantir uma grande empregabilidade e nem tinha obrigação legal deles contratarem, porque, naquele momento, não havia legislação que pudesse garantir que no conteúdo do pacto pudéssemos garantir a empregabilidade dos formandos, mesmo assim foi garantido empregabilidade em torno de 70%.

e) Bolsa-Formação

Visa a ampliar a oferta da educação profissional para os estudantes do ensino médio da rede pública. O BNDES está abrindo uma linha de financiamento para que o Sistema S, no contra-turno, de forma gratuita, atenda aos alunos das escolas públicas estaduais na parte de formação profissional através da concomitância, isto é, os alunos freqüentarão o ensino médio numa escola estadual e freqüentarão o curso profissionalizante numa unidade do Sistema S já existente ou construída com o financiamento do BNDES. Isso se efetivará por meio de convênios da direção regional do SENAI e do SENAC em cada Estado com as respectivas Secretarias Estaduais da Educação, sob a supervisão do MEC e da Direção Nacional de Sistemas.

Bolsa-Formação Estudante

Pretende ofertar vagas em cursos técnicos concomitantes aos estudantes de ensino médio público. No contra turno, o Sistema S irá conveniar com a Secretaria da Educação e oferecer a formação profissional de forma gratuita.

Quanto à capacidade de atendimento projetada para essa parte do acordo, o SENAC pretende oferecer, em 2011, 30 mil vagas; em 2012, 30 mil vagas; em 2013, 30 mil vagas; em 2014, 30 mil vagas. O SENAI pretende oferecer 85 mil vagas por ano. A rede federal, que também irá oferecer educação profissional para as escolas públicas no contra turno, disponibilizará 10 mil vagas em 2011, 15 mil vagas em 2012, 20 mil em 2013 e 25 mil em 2014, num total de 140 mil vagas.

Bolsa-Formação Trabalhador na Modalidade de Seguro-Desemprego

Pretende capacitar os beneficiários desse auxílio com um curso de formação inicial e continuada. Hoje 30% dos beneficiários de seguro-desemprego são reincidentes. Vamos, assim, estabelecer o condicionante de que a pessoa, a partir da segunda ou terceira incidência, para continuar a receber o seguro-desemprego, terá de se submeter a uma qualificação profissional. Ainda estamos estudando essa exigência, pois isso implica a mudança da lei, se será na segunda ou na terceira incidência o que irá condicionar o recebimento à formação. Recorte inicial: reincidentes, escolaridade – trabalhadores com baixa escolaridade –, faixa etária e capacidade de oferta do Município. Será ofertado pelo Sistema S e pelas redes públicas, tanto federais como estaduais, que assim desejarem.

Bolsa-Formação Trabalhador, modalidade seguro-desemprego, projeção de vagas ofertadas pelo Sistema S: o SENAC oferecerá 70 mil vagas; o SENAI, 200 mil vagas. A rede federal começa com 100 mil vagas; no ano que vem, vai para 200 mil; em 2013, 300 mil; em 2014, 400 mil. Serão, portanto, 370 mil vagas neste ano, 470 mil no ano que vem, 570 em 2013 e 670 em 2014. Isso sairá do orçamento do Ministério da Educação. Para beneficiários do seguro-desemprego, que terão de fazer esse curso de qualificação.

Bolsa-Formação Trabalhador de Inclusão Produtiva

A outra forma da Bolsa-Formação Trabalhador é a que chamamos de inclusão produtiva, cujo objetivo é capacitar pessoas com perfil de atendimento pelos programas de inclusão produtiva, especialmente os beneficiários da Bolsa Família. Recorte inicial: escolaridade, faixa etária e capacidade de oferta do Município. Ofertantes: Sistema S e redes públicas.

Estamos mudando a legislação da rede federal, porque o nosso professor é de dedicação exclusiva. Ele não pode trabalhar além da rede. Estamos mudando a legislação para que, cumprindo a sua carga horária, ele, à noite, possa dar curso de formação inicial para

esse público – e receba por isso. Assim, teremos milhares de docentes altamente qualificados que, sem prejuízo das suas atribuições iniciais, poderão, à noite, dar curso de formação inicial. Estimativa de oferta pela rede federal e outras: 30 mil neste ano, 60 mil no próximo ano, 100 mil em 2013, 200 mil em 2014. Também será do orçamento do Ministério da Educação.

f) Financiamento

FIES Técnico

Hoje temos FIES apenas para o ensino superior, mas pretendemos estender o FIES também para os alunos que estudam em escolas técnicas privadas. Já abrimos uma linha de crédito para facilitar o acesso de estudantes, trabalhadores e empregados ao ensino técnico profissional. Isso tem um efeito colateral muito interessante para nós, porque hoje não temos nenhuma incidência sobre o ensino privado técnico. Ele está no âmbito dos Conselhos Municipais de Educação, que não têm condições de fazer nenhum tipo de supervisão e fiscalização.

A rede federal vai avaliar esses cursos técnicos privados para que possam ser beneficiados pelo Fies Técnico. Através dos institutos federais faremos uma avaliação *in loco* dessas escolas que terão de se habilitar a receber bolsas do Fies. O Sistema S e escolas privadas habilitadas pelo MEC serão as ofertantes.

Fies Técnico Estudante

Destina-se a prover uma linha de crédito para o acesso de estudantes egressos do ensino médio ao ensino técnico. Há cursos concomitantes e pós-médios, subsequente, para quem tem ensino médio e quer fazer uma educação profissional. Será ofertado através do Sistema S e de instituições de ensino privadas habilitadas pelo PRONATEC, também de forma gratuita. Será similar ao Fies Ensino Superior, porém com 18 meses de carência e seis vezes o tempo do curso mais 12 meses para o pagamento. Portanto, são juros bastante subsidiados. Potencial de oferta: instituições privadas cadastradas no Sistec – há 2.435 – e escolas do Sistema S – há 580. No total, 3.015 instituições estarão ofertando essa modalidade.

FIES Empresa

É um financiamento também subsidiado para as empresas que quiserem organizar seus próprios cursos de formação para os seus operários. Brasil Profissionalizado, ITEC Brasil, expansão da rede federal e acordo com o Sistema S.

O Brasil Profissionalizado pretende ampliar a oferta de ensino profissional pelos sistemas estaduais. Os beneficiários são os egressos do ensino fundamental e médio e os estudantes de ensino médio. As redes públicas estaduais são as ofertantes. Sairão os recursos também do orçamento do MEC. Previsão de vagas novas

pelo Brasil Profissionalizado: 529.960. Essas vagas serão ofertadas pelas redes estaduais, porque a contrapartida que pedimos aos Estados, quando financiamos, é vaga, não é dinheiro, não é pagamento. Financiamos o Estado, e a contrapartida dele é a ampliação de vagas. Com os recursos que temos, queremos gerar quase 530 mil vagas.

g) E-Tec Brasil

Oferta de vagas de ensino técnico na modalidade à distância. Há municípios pequenos que não têm escala sequer para ter uma escola federal. Para situações de baixa densidade populacional, a proposta é de chegar lá através de uma educação profissional à distância - EAD. Previsão de vagas: 315.982.

h) A expansão da rede federal

Tem por objetivo ampliar a oferta de vagas na rede federal de educação profissional tecnológica com as seguintes prioridades: territórios de cidadania, escolas de fronteira, cidades-pólo ou com mais de 50 mil habitantes. Os beneficiários são os estudantes egressos do ensino fundamental e do ensino médio, e os ofertantes, os institutos federais.

A Presidenta Dilma está anunciando 201 novas escolas. Dessas, oito serão no Rio Grande do Sul, sem contar as que serão brevemente inauguradas: Venâncio Aires, São Borja, Bagé, Restinga, Osório e Camaquã – entre este ano e o início do ano que vem. Os critérios para as novas escolas federais são as grandes concentrações urbanas e principalmente as regiões metropolitanas. Serão investidos nesta expansão, um bilhão e 200 milhões de reais. O MEC dará continuidade e está propondo a ampliação acordo com o Sistema S para ofertar gratuidade, até chegar a 66,67% das vagas gratuitas em 2014. Hoje o SENAI já oferece 56% de gratuidade. No ano que vem, oferecerá 59%; em 2013, 62%; em 2014, 66%. O SENAC também chegará a 66% em 2014.

Fonte de recursos: Orçamentos do MEC, do FAT e dívida do Sistema S com o governo federal e BNDES.

Três IFs no RS

Os IF foram criados em 2008. No RS temos três, que se constituíram a partir da junção de antigas escolas técnicas, CFETS e antigas escolas agro técnicas que em sua maioria eram vinculadas as Universidades federais. Estas escolas foram transformadas em campi dos Institutos Federais, ofertando desde cursos de qualificação, educação básica à educação superior, inclusive pós-graduação, criando um itinerário formativo que permite ao trabalhador, se tiver talento e vontade, começar como aprendiz e ser um graduado, um mestre, um doutor, porque não há nenhuma lei que diga que, para ser mestre e doutor, tenha que ser desta ou daquela classe.

Não se criam mais apenas escolas técnicas, se criam campus dos IFs. O aluno pode entrar lá, inclusive, como um doutor. Hoje se consegue ter a possibilidade trabalhar com pesquisa e extensão nos IFs.

Essa nova estruturação nos permite hoje realizar convênios com órgãos de fomento a pesquisa, como CAPES e CNPQ, e também realizar convênios com outras instituições de formação profissional de outros países. Isso tudo é um salto de qualidade muito grande. Por exemplo, em 2007, 50% dos professores dos "CFETs" estavam sob contratos de 'professores substitutos', e hoje a situação se inverteu. O que ocorreu foi uma mudança de lógica. Os recursos destinados a educação profissional como INVESTIMENTO, e não como GASTOS.

Neste ano, o Pró Uni alcançou um milhão de bolsistas, dobrando o número de vagas nas universidades federais. A expansão do número de alunos nas escolas técnicas federais chegou a 10 vezes. A participação do MEC no orçamento da União triplicou em relação ao governo anterior. O grande mérito do Presidente Lula foi ter colocado a educação profissional na pauta do País. Esta política foi sistematizada nos 38 Institutos Federais do Brasil.

Os Institutos Federais são uma proposta absolutamente original. Não há nenhum outro país que possua uma instituição desse tipo, o que demonstra que o Brasil amadureceu e parou de copiar os modelos estrangeiros para criar o seu próprio modelo. Inclusive hoje é referência para outros países que estudam essa proposta de instituição, que começa na educação básica e vai até a superior, passando pela licenciatura – formação de professores – em Física, Química, Biologia e Matemática.

Hoje temos em funcionamento 402 unidades, das quais 31 estão no Rio Grande do Sul. Nossa meta é chegar a 555 unidades até o final de 2014, com 39 no Rio Grande do Sul – mais oito, portanto, estamos em nossa 3ª fase de expansão. Fala-se de expansão, devido a uma legislação que durante muito tempo a impedia. A demanda reprimida pela educação profissional no Brasil é histórica, pois, devido a não se criar novos cursos e novos campi. Isso mudou o panorama que se dá a educação profissional no país hoje.

Dados apresentados pela Reitora Professora Claudia Schiedeck Soares dão conta de que, no IF do RS, tem-se hoje 565 docentes. Deste corpo de professores, 92% têm além da graduação, entre cursos de qualificação mestrado, doutorado e pós-doutorado, o que faz uma diferença de qualificação enorme. Dos 480 técnicos administrativos, 90% têm além do ensino médio. Isto se reverte em uma boa qualidade do ensino. Haja vista a nossa pontuação no ENEM.

"Claro que isto é uma trajetória, afirma a Reitora, muito ligada ao aumento da demanda dos arranjos produtivos locais. Afinal, o interesse é trabalhar na integração aos municípios em que estamos

inseridos, conversar com a comunidade, para saber quais arranjos produtivos existem no município, e quais poderiam ser criados ali.”

Entretanto, por mais que a rede federal ou que as redes estaduais cresçam no País tem consciência de que não há como dar conta da demanda. Hoje, nos institutos federais, em certos cursos, há 80, 100 candidatos por vaga. Outras alternativas, parcerias convênios deverão ser construídos, como por exemplo, o Brasil profissionalizado, que estará ampliando a rede federal e as redes estaduais, utilizando o Sistema S na oferta gratuita de vagas e as privadas sem fim lucrativo, para, dessa forma, chegar a uma oferta ideal de três milhões de vagas de formação profissional no Brasil até o final do governo da Presidenta Dilma.

i) Proeja

É o EJA articulado com formação profissional na forma de ensino médio integrado. Foi criado em 2005. Combina formação inicial e continuada com ensino médio e fundamental nas modalidades concomitante e subsequente. Em 2010, foram investidos no Estado do Rio Grande do Sul, só no Proeja, quatro milhões e 400 mil reais. No Brasil, o investimento, no ano passado, foi de 37 milhões de reais.

Municípios que têm a experiência do Proeja: Santa Maria, Bento Gonçalves, Erechim, Osório e outros.

O maior problema da EJA é a evasão, que é de 50% a 70%. Com o Proeja reduzimos essa evasão significativamente, porque o trabalhador vê ali não só uma perspectiva de ampliar a escolaridade, mas uma perspectiva profissional também.

j) FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

De acordo com informações do Sr Luiz Müller – Diretor do Trabalho da STDS do RS, o FAT trabalha com necessidades imediatas, com determinada região ou setor econômico e não tanto com a questão da qualificação técnica, da formação continuada. Os números são muito ruins, há muitos cursos, muito dinheiro investido e o aproveitamento é muito pequeno por parte das pessoas que se capacitam. Pesquisas de 2008 e 2009, apontam que apenas 7% dos alunos dos cursos patrocinados pelo FAT conseguiram trabalho nas áreas que realizaram o curso. Este processo precisa ser repensado. Estes cursos são da União mas muitas vezes não há ligação com as realidades locais.

Precisa dialogar com a área do trabalho, do mercado. Sem essa discussão há desperdício de dinheiro e são criadas falsas expectativas nas pessoas que realizam os cursos. Ao fazer um curso, as pessoas esperam uma colocação no mercado de trabalho.

O Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda – Sine é sustentado por recursos do FAT, operado a nível nacional pelo Ministério do Trabalho que tem uma parceria com os Estados. Aqui no RS, quem opera o Sine é a Fundação Gaúcha do Trabalho a Ação

Social. No ano passado, houve uma alteração de propriedade e de gerenciamento do sistema que dá suporte ao Sine, quem administrava o sistema era a Dataprev, uma empresa privatizada na época do governo de FHC, enfim, é uma empresa privada e a opção do governo federal foi que isso voltasse ao controle do setor público, portanto uma empresa pública deveria fazer um sistema apropriado. Isto foi feito mas quem fez o novo sistema foi a Dataprev.

Ocorre, porém, que este sistema está em processo de implantação e não emite uma série de relatórios. Não se consegue enxergar dentro do sistema, sequer, quais são de fato as funções que estão abertas no mercado de trabalho, mas apenas a quantidade, o setor econômico, mas não é possível enxergar qual é a função e muito menos a necessidade de que o trabalhador esteja habilitado para atuar em determinada função. O sistema precisa dar conta de enxergar a realidade do estado do RS e do país.

Não por outra razão, que a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, está colocando esta discussão em nível de governo e há já uma certa disponibilidade de alguns órgãos governamentais em aceitar essa discussão da constituição de um sistema público de emprego, trabalho e renda e que seja vinculado a um sistema nacional mas que vá para além dele se for o caso de ter que ir.

Hoje é bem clara a forma como acontecem os cursos de qualificação profissional, que no geral tem 200/300 horas, em média, e que servem para qualificar os trabalhadores nessas funções que surgem em determinados setores da economia por conta do desenvolvimento da economia que tem sido constante ultimamente e sempre tem demanda por trabalhadores. O problema é que essa mesma estrutura montada há alguns anos diz que são as Comissões Municipais de Emprego, que são tripartites paritárias (com representações dos empresários, dos trabalhadores e do governo), que dizem qual a demanda de capacitação profissional em determinada cidade e ela diz isso a Comissão Tripartites Paritária de Emprego, que por sua vez diz isso ao CODEFAT.

A construção de um observatório do mundo do trabalho com um recorte econômico e social que dê conta de enxergar todas as realidades das regiões. Por exemplo, em Santana do Livramento, acontece a construção do Parque Eólico, há também cada vez mais empresas da área da vitivinicultura se instalando, estão abrindo empresas nacionais e chilenas no município, faltam trabalhadores qualificados para dar conta da demanda, cargos técnicos e demais funções. A Comissão de Emprego de Santana do Livramento pediu cursos de manicure, pedicure, cabeleireiro, entre outros. Atendemos o pedido porque, afinal de contas, o Sistema disse que as demandas são estas e disponibilizamos o curso para lá. O problema é que não há dinheiro para dar conta de tudo, a demanda que vem é uma demanda que não dialoga com a realidade concreta da região. As obras estão atrasadas no parque eólico, os novos investimentos

também estão parados por falta de trabalhadores. No SINE e agências privadas, tem hoje inscritos 38.696 trabalhadores e 79.719 vagas em aberto. Foram encaminhados para essas vagas 19.208 trabalhadores, sendo que 3.495 foram aproveitados, por tanto uma pesquisa que diga que somente 7% daqueles que fizeram o curso foram aproveitados, nas áreas que fizeram os cursos. Temos uma estrutura, uma possibilidade de trabalho, uma possibilidade de fazer com que a estrutura estatal opere melhor, mas como não conhecemos concretamente a realidade, acabamos não fazendo, mesmo tendo toda essa estrutura.

Dados do SINE hoje diz que 150 cidades do RS , em quase todas as cidades de porte grande e médio e até de pequeno porte, só não tem SINE mesmo naquelas cidadezinhas muito pequenininhas, que teria muito poucos trabalhadores com a carteira assinada e precisaria de muito pouco serviço de seguro desemprego, mas o resto, as demais cidades tem essa estrutura e ela é utilizada pelas empresas. Mas para que o trabalhador possa ser empregado ali, necessitaria determinada qualificação. Ele teve qualificação, não o suficiente, mas além de não ser suficiente muitas vezes ela não dialoga com a realidade concreta e isso tem a ver com pressão política. Da mesma forma que nós temos esse programa e esses trabalhadores aqui inscritos e acabam não sendo colocados nos postos de trabalho, nós não estamos falando só desses trabalhadores que fizeram esses cursos de capacitação, nós estamos falando também dos trabalhadores técnicos, que fizeram cursos técnicos, que acabam entrando também nesse pacote. Não há vínculo direto entre as necessidades concretas e aquilo que é oferecido.

Outro exemplo desse problema é o polo naval. As empresas do pólo naval procuram trabalhadores, obviamente, nos SINES, até porque têm uma orientação do governo federal para que toda a obra do PAC, ou que receba financiamentos de alguma forma do governo federal procure um sistema público de emprego para fazer a intermediação dos seus trabalhadores. Em Rio Grande e Pelotas, o perfil de trabalhadores requerido é mais de chão de fábrica, de chão de obra, como os mais técnicos. Tem demanda para trabalhadores técnicos da construção naval e essas funções não são encontradas. Os cursos técnicos oferecidos lá no antigo CEFET têm, por exemplo, o curso de eletrônica, hoje não são absorvidos no pólo naval de Rio Grande. As empresas estão chegando, o desenvolvimento econômico está acontecendo, só que o conjunto da população esta ficando de fora. A situações em que há ofertas de cursos, cursos gratuitos, e as vagas não são todas preenchidas. Por que eles não vão para esses cursos? Não há uma pesquisa e não há como enxergar isso com um olhar mais técnico. Se há, ela não é visível, e precisa se tornar visível.

No entendimento do Sr Müller, há a necessidade de constituir o conselho, deliberativo, que faça com que o Estado assuma uma função que até agora não assumiu no mundo do trabalho.

O terceiro exemplo é o Vale dos Sinos. Está faltando trabalhador para o calçado, só que os dados técnicos, se é que eles existem, não estão se cruzando. Hoje no Vale dos Sinos a juventude está se formando, não está fazendo nem nível técnico, está fazendo ensino médio, ou vai fazer faculdade e não vai querer trabalhar na indústria do calçado e ganhar 700 reais por mês. Essa demanda deverá ser buscada em outro lugar, dentro dos programas sociais do governo, e essas pessoas estão fora da população economicamente ativa computada nas pesquisas. Não podemos pensar desenvolvimento, em instalação de empresas, sem pensar a questão da mão de obra. Isso era possível quando havia mão de obra sobrando no país, o que significava, inclusive, o rebaixamento de salários, porque o empresário buscava outro trabalhador, que tinha a mesma condição de trabalho daquele que estava trabalhando. Isso não existe mais hoje, aqui no RS, de acordo com pesquisas.

A PED está dando 7,1% de desemprego na região metropolitana, e as pesquisas da FEE junto com o Dieese, e a pesquisa do IBGE de desemprego para o RS estão demonstrando 6,1 e na região metropolitana 3,7%. Nós estamos no pleno emprego, e precisamos olhar melhor para isso, pois não há um diagnóstico da sociedade, e nós só vamos tê-lo se constituirmos um observatório das necessidades do mundo do trabalho de hoje e do futuro, que case com a questão da qualificação profissional. Somente se casarmos tudo isso, vamos caminhar bem para o desenvolvimento.

Precisamos ter logo instrumentos que nos permitam enxergar o todo no mundo do trabalho no RS e não só pesquisas escassas como as que temos hoje, e para isso é necessário que se aponte para a constituição de um observatório social, que consiga juntar todas as pesquisas que existem nessa questão do levantamento dos dados sociais, inclusive dos trabalhadores, porque normalmente a gente não dialoga com essa realidade do mundo do trabalho, mas somente com a questão econômica. O RS precisa ajudar esse sistema a avançar também em nível nacional, e temos na mesa todos esses parceiros, afirmou o Sr Müller.

3 - O Sistema Estadual de Educação Profissional

“Precisamos ter uma política que atenda a todo o Estado, destaca o Professor Pedro Maboni Diretor Superintendente da SUEPRO/ SEDUC. Precisamos ter uma proposta – e a temos – para que todas as escolas recebam atenção. E a estratégia para conseguir isso mais rapidamente é todos nós termos um lugar nesse processo. Precisamos fundamentalmente ampliar a relação com o governo federal, porque é verdade que nos últimos anos tivemos poucos e raros convênios que nos permitiram fazer intervenções de qualidade no sentido da maior oferta e da qualificação dessa oferta.

As intervenções que pretendemos fazer têm a intenção de atender esses lugares, que têm como prioridade sanear a vida das escolas que já temos para depois olhar para o Estado todo, para essas regiões nas quais existe uma atividade econômica vigorosa ou estão surgindo novas atividades. "Queremos fazer isso juntamente com o governo federal, através do Brasil Profissionalizado, que já está em andamento, e principalmente com o PRONATEC, que está em fase de aprovação e deverá vir na seqüência."

a) Plano Estratégico do Governo do Estado para a Educação

Nas contribuições que colhemos do Professor José Clovis Azevedo, Secretário da Educação do RS e do Diretor Superintendente da SUEPRO/ SEDUC, Professor Pedro Maboni, depreende-se que, do conjunto de projetos que o governador solicitou que fosse selecionado por um grupo de gestores que constituem a sala de gestão, a Educação é prioridade para não apenas na ótica do desenvolvimento econômico mas para a construção da cidadania.

O Plano traçado contém cinco eixos, sendo que um deles diz respeito à Educação Profissional: ampliação, reestruturação, qualificação e integração de toda rede de EP do RS com ênfase na rede estadual. Mas ele prevê a aproximação e se integrar com as outras redes, inclusive com a privada, pois somente a oferta do ensino público não dará conta de toda a demanda.

Ações

No Plano Estratégico foram traçadas dez ações necessárias e importantes para enfrentar o atraso na oferta e o descolamento dos cursos e das ofertas que temos com o mundo do trabalho. Para superar as desigualdades e atender à demanda das diferentes regiões de nosso estado.

1. Ampliação em 50% na oferta de vagas;
2. Aquisição de equipamentos e laboratórios para as escolas técnica- recuperar e atualizar os espaços - a tecnologia é um meio pedagógico para a formação e qualificação de nossos alunos;
3. Temos em torno de 2000 professores, grande parte deles contratados em situação precária. Para superar, temos de ter um grande programa de qualificação e formação tanto inicial quanto continuada;
4. Reestruturação das escolas, dos cursos e currículos, a EP como um todo, que dialoguem com o mundo do trabalho e com o mundo real. Há currículos distanciados do mundo real, temos de rever a distribuição destes cursos. Alguns estão descolados das cadeias produtivas de sua região. Temos de adequar essa situação;
5. Reestruturar a proposta pedagógica do EP, dando ênfase para a oferta integrada, para que os alunos tenham formação geral. Não podemos continuar a dar apenas formação profissional;

6. Novos cursos e novas escolas; construção com as comunidades que deverão dizer onde faremos as escolas e quais são as prioridades;

7. Cursos em áreas específicas – assentamentos, mulheres, indígenas, quilombolas, economia solidária, população carcerária, o estado deve ter políticas públicas que atendam toda a população;

8. Reestruturação das escolas enquanto capacidade de gestão financeira, pedagógica e administrativa. Algumas escolas devem se estruturar para poderem auxiliar a gerir outras, já que não temos condições de transformarmos as 151 escolas em institutos, mas podemos ter uma ou duas escolas em cada uma das CREs ;

9. Regime de colaboração que defina os papéis de cada um dos entes para que possam intervir com objetividade e complementarmente e não competir; e

10. Formação de um Sistema.

Estas são as contribuições e os verbos a serem conjugados são: reestruturar, qualificar, ampliar, integrar.

Detalhamento das ações

1. Reestruturação da parte física, tecnológica e financeira da rede estadual: das 151 escolas, há 69 que já estão neste processo, ou com recursos garantidos, ou com projetos em andamento, e 85 escolas estão fazendo aquisições de novos equipamentos para a atualização dos laboratórios e espaços pedagógicos. A segunda fase do processo esta acontecendo. Novos convênios com o governo federal estão sendo construídos com o objetivo de contemplar todas as unidades escolares.

2. Na política de ampliação, novos cursos e novos espaços serão construídos, a partir do local da demanda, observando a oferta de cursos, os ofertantes com o conjunto da comunidade e dialogando com o Sistema Federal e com o Sistema S. A próxima etapa de expansão será feita dentro deste olhar de sistema, e o PRONATEC permitirá ter esta rodada de negociações, para identificar, junto às comunidades, onde e quais são as demandas, e qual a rede estará mais adaptada e qualificada para fazer este atendimento, através de parcerias;

3. Parcerias construídas em regime de colaboração entre os entes da federação, com o sistema S e com a rede privada, historicamente identificada com as localidades, oportunizando formação para os jovens;

4. Política de qualificação dos recursos humanos, desde o ingresso e a formação continuada do professor, sendo isso um objetivo estratégico.

5. A SEDUC trabalha a reestruturação das escolas em três dimensões:

- De currículos,
- De cursos e
- Da infra-estrutura da rede.

Currículos

Re-estruturação do conjunto do currículo do ensino médio, não só da educação profissional, como um projeto estratégico para qualificar e integrar a formação nesse nível. Pergunta de nossos dias: 'para que serve o ensino médio hoje?' A SEDUC quer que o RS faça esta discussão. Serão chamadas conferências em todas as regiões do estado, para avançar numa proposta de currículos que contemplem para além dos campos da ciência, mas da formação para a cidadania, da formação para vida. Este projeto vem na intenção de fazer uma qualificação do processo educacional do RS.

b) Proposta de reformulação do ensino médio e técnico

Para a SEDUC resolver o problema da profissionalização não é apenas apresentando formação profissional técnica isoladamente. O desafio é formar trabalhadores e cidadãos que tenham capacidade, competência e habilidade para se integrar no mercado de trabalho que está mais dinâmico, mais exigente e cada vez mais em transformação.

A lógica de formação de 30 anos ou 40 anos atrás está superada, em que formávamos um profissional para a vida toda, em que alguém se formava torneiro mecânico e terminava sua carreira como torneiro mecânico. Hoje os postos de trabalho são criados e extintos numa velocidade muito grande em função das mudanças tecnológicas, a cada quatro ou cinco anos surge uma nova geração de tecnologia e novas exigências de aprendizado profissional.

Quem hoje consegue acompanhar as mudanças tecnológicas são aqueles que têm uma formação geral sólida, que estão sempre aptos e preparados para uma nova re-profissionalização, uma absorção de novas tecnologias. Cada vez mais o mundo do trabalho precisa de trabalhadores criativos, competentes na gestão, com capacidade de improvisação, com capacidade de liderança, que não se adquire somente aprendendo os procedimentos técnicos de uma profissão, as habilidades técnicas de uma profissão são fundamentais, mas é preciso também que se desenvolva essa competência geral de cidadania e de atuação social no mundo do trabalho.

Daí porque fazer uma reforma profunda nas escolas de ensino médio e colocá-las em conexão com o mundo do trabalho, não mais naquela visão do trabalho rígido. O presidente Lula se aposentou como torneiro mecânico, hoje ele não se aposentaria mais na mesma profissão que iniciou sua vida profissional, porque teria que se atualizar a cada três anos ou quatro anos e assumir uma nova habilidade. Ele mostrou que tinha essa formação geral e foi capaz de ser não apenas torneiro mecânico, mas um presidente da República. É exatamente isso que temos que procurar na formação da nossa juventude. Essa formação geral, competente e sólida. Uma formação para o trabalho flexível e não mais para o trabalho rígido como era até 20 anos, 30 anos.

O ensino médio e o ensino técnico precisam ser amplamente reformulados.

- Em primeiro nível poderia se começar com a reforma física das nossas escolas, que estão totalmente sucateadas, é o passivo dos últimos anos, o sucateamento de nossas escolas no geral, principalmente as escolas técnicas;
- no segundo nível a reforma curricular. O objetivo é refazer os nossos currículos e reavaliar a formação dos nossos professores para uma adequação à exigência de um mercado de trabalho flexível e dinâmico de hoje e das mudanças tecnológicas e sociais rápidas que ocorrem.
- O terceiro nível é a capacitação dos nossos professores. Há a necessidade de os professores, que vão ensinar e formar pessoas com essa competência, tenham a possibilidade de aperfeiçoamento, de adquirir essa competência.

A SEDUC está atuando fortemente nesses três níveis, nas 151 escolas, nos 230 cursos e nas 32 mil matrículas que temos hoje no ensino técnico.

Muitos dos 230 cursos estão obsoletos. Eles têm de ser reorganizados de acordo com as necessidades das APLs, com as necessidades regionais. Ao mesmo tempo, temos condições de dobrar as matrículas, reformando, potencializando e atualizando as 151 escolas que ofertam educação técnica, tanto as puramente técnicas quanto aquelas que são de ensino médio e têm cursos técnicos.

Pesquisa

É meta da SUEPRO/ SEDUC trabalhar a questão da pesquisa na escola profissionalizante, a pesquisa é uma das atividades de quem estuda, de quem está se formando. As escolas do RS não tem tido muito a característica da pesquisa. Houve tempo em que ocorriam no processo da educação profissional, mostras pedagógicas e tecnológicas. Foram sete edições, um sucesso todas elas, pois, estes são espaços que efetivamente levam ao descobrimento de novas tecnologias e processos, e também permite que o aluno e o professor vão para um 'palco' no mundo. "Queremos que nossas escolas sejam um local de aprendizado, e descoberta, e revelação de novas tecnologias produzidas", afirma o Professor Pedro Maboni, da SUEPRO.

c) Identidade da Rede

Trabalhar na perspectiva de uma identidade para nossa rede é uma meta da SUEPRO/ SEDUC, pois a rede estadual de educação profissional carece de uma identidade. Se perguntarmos à população hoje: 'Onde estão as nossas escolas técnicas? Quem são elas?' Haverá dificuldade em responder. Entretanto, elas já tiveram uma identidade, pois, quando se criaram as escolas industriais, as escolas agrícolas, as escolas nas áreas de serviço, comércio, contabilidade,

elas tinham uma identidade. Nas últimas décadas elas foram perdendo esta identidade por várias razões, mas principalmente pelo descaso com a formação técnica. A política hoje é a de reconstruir esta identidade. Nós perdemos isso, precisamos reconstruir. “Uma escola profissional precisa ter nome e sobrenome, ela precisa ser uma escola técnica ‘de que?’, precisa ser reconhecida por sua comunidade”, afirma o Professor Pedro Maboni.

O Estado trabalha com um projeto estratégico centrado na proposta de ampliação de 50% na oferta de vagas na educ. profissional. Temos hoje em torno de 50 mil vagas, a proposta deste governo é chegarmos, em quatro anos, a ao menos 45 mil vagas. E se nós tivermos uma articulação com as demais redes, e há sintomas disto, possivelmente poderemos superar isso, com qualidade para todos. Este é nosso desafio.

Em fim, temos de fazer uma construção de sustentabilidade para a rede estadual de ensino profissionalizante. Os processos que vínhamos desenvolvendo não servem mais, pois, em algum momento, perdemos a perspectiva de ser algo que se produza muito além do conhecimento, tecnologias e o produto final, que isto seja bom para vida e para as pessoas, assim, a sustentabilidade é nossa palavra de ordem.

d) Financiamento

Diante deste quadro, o governo do estado aponta algumas saídas, dentro delas, a intenção de qualificar a estrutura da rede. A execução se concretizará por duas fontes de financiamentos e por duas estratégias:

1. Através do orçamento do estado, recursos e ações vindos da estrutura estadual;
2. Via financiamento do governo federal. O PRONATEC é um programa mais abrangente, mas continuará com o programa ‘Brasil Profissionalizado’, que permite equipar as escolas, ampliá-las, fazer com que suas infra-estruturas se modernizem e fiquem nas condições ideais.

e) Pacto pela Educação

O Pacto pela Educação faz com que isso seja uma realidade em nível estadual: A STDS está disponibilizando cursos de qualificação, 200h para qualificar o peão da obra, o trabalhador do chão da fábrica; cursos um pouco mais longos de 400h, 500h e também os cursos técnicos, porque são oferecidos pelos institutos federais e pelas escolas técnicas estaduais e pelo Sistema S. Na primeira audiência pública no CORED no leste colonial, em Ijuí, foi possível sentar com o empresariado, com os trabalhadores, com a comunidade daquela região e ver: se temos recursos do Estado, cursos do Sistema S, curso através do Pronatec com as escolas técnicas ou com o Sistema S. A demanda é formalizada, é verificado

se tem algum curso no local, qual a rede caso não exista condições de se construir esta oferta. Esta relação, esta forma de articulação é o começo do desenho de um sistema, isso ainda não é um sistema. Não adianta criar um sistema na nossa cabeça e baixá-lo para sociedade. Um sistema só se constrói se a sociedade participa do processo de discussão. Estamos num processo de aprendizado que começa a se concretizar aqui no Estado do Rio Grande do Sul de uma forma muito significativa.

Há disposição do Executivo Estadual e do Legislativo Estadual de construir isso, está escrito aqui no folder da Subcomissão de Ensino Profissional no RS – SCEPRS/ AL:

“Propor a criação de um Conselho de Formação, Empregabilidade e Desenvolvimento que articule todas as esferas, instâncias e instituições de Educação Profissional, Planejamento e Trabalho existentes no Rio Grande do Sul, com o objetivo de otimizar a oferta de cursos, evitar sobreposição entre os sistemas e potencializar o desenvolvimento das cadeias produtivas regionais de forma integrada.”

O trabalho desenvolvido pelo Legislativo - Audiências Públicas da SCEPRS/ AL - e o Governo do Estado discutindo no mesmo ritmo, construindo esse pacto pela Educação Profissional, nós vamos chegar a um momento onde o trabalhador se inscreve lá no SINE – Sistema Nacional de Emprego na Fundação Pública de Trabalho, não tendo uma formação, vai ter um curso de formação para oferecer na hora, ele não vai ficar esperando que tenha algum recurso de lá ou de cá, ele não tem uma formação para os postos de trabalho que tem aberto, o curso será disponibilizado na hora o curso. Isso não acontece do dia para noite, nós precisamos encaixar as peças, as peças estão desencaixadas. O presidente Fernando Henrique Cardoso tinha proibido a constituição de escolas técnicas no país, mas nós agora estamos construindo um novo processo, que vai ficar para história.

Essa riqueza toda que vai nos transformar na 2ª economia do mundo, 3ª economia do mundo precisa ser distribuída e só vamos conseguir distribuir a riqueza de verdade neste país, se nós tivermos sistema. Isso vai ser obrigação do Estado, assim como é o Sistema Único de Saúde, assim como está se caminhando para a assistência social.

A Assembléia está nesse processo também, o Governo do Estado já está caminhando para isso, o Governo Federal está com o PRONATEC para caminhar para isso. Quando essa discussão tiver avançado mais, o Governo de Estado apresenta o projeto de lei, com o que o povo já discutiu nessas Audiências, como a questão da qualificação profissional, da formação técnica, o conteúdo dos cursos das escolas técnicas, federais ou estaduais. Se conseguirmos até o fim do ano construir uma proposta de sistema, no ano que já poderemos ter um projeto de lei encaminhado para votar e aí seremos referência para o Brasil.

O governo estadual apresenta, assim, uma política de enfrentamento para isso, mesmo sabendo que as nossas condições não são as melhores, temos muitas dificuldades, mas estamos apresentando uma política de presença do estado, nessas regiões, nesses setores. A política que o governo do estado está apresentando nessa área, através da superintendência na secretaria de educação, se resume a uma proposta que foi apresentada em todas as assembleias do orçamento participativo. Todas as 9 assembleias apontaram para a necessidade da educação profissional em todos os níveis, mas no técnico mais do que nunca.

Então nós apresentamos como uma alternativa importante de política para o PPA e para os próximos períodos, a qualificação e a ampliação da rede de escolas técnicas de educação profissional estadual e a meta apresentada é crescimento de 50% no mínimo na oferta de vagas.

As escolas técnicas, principalmente, têm professores em regime precário. 77% deles, a qualquer momento, podem sair. No próximo período quando haverá concurso público para docentes na área estadual, também faremos para as escolas técnicas, então no macro a política apresentada para a situação é essa.

Evidentemente, estamos na fase do detalhamento das ações e estabelecimento de metas. As condições não são favoráveis, vamos ter dificuldades, mas nós contamos com o recurso do governo do estado, evidentemente, e com uma promoção muito grande da política de ampliação da oferta de cursos do governo federal, com o MEC, mas especificamente com o programa Brasil profissionalizado e agora na nova versão através do PRONATEC, que está na fase de aprovação no Congresso, que será possível encaminhar para a concretude da proposta.

A primeira meta não é criar novas escolas, é transformar essas escolas em novas escolas, para atender de 30.000 alunos, 60.000 alunos, apenas com reforma desses espaços, com qualificação desses espaços, e isso é possível fazer nessa relação de financiamento, especialmente que o governo federal tem nesse convênio estado e União.

Essa intervenção, esse projeto estratégico tem alguns aspectos que são importantes.

Por exemplo, não é possível que os cursos e as escolas não dialoguem com os arranjos produtivos locais, regionais, enfim até maiores. A escola tem de derrubar seus muros, é preciso que a escola vá para a sua comunidade de verdade, e é preciso que a comunidade também esteja dentro da escola. Não é possível que os segmentos do setor primário, secundário, terciário, não estejam dentro dos cursos, contribuindo, participando, porque é o setor que vai absorver esses profissionais e vice e versa, a escola precisa estabelecer essa relação.

Segundo, precisamos ser uma rede. Não é possível sermos fragmentos, ou não vamos vencer o desafio desse atraso, desse

sucateamento, e dessa demanda que precisa ser atendida que não conseguimos vencer até então. É preciso que se formem redes, e que essa rede se transforme em sistema público e privado.

Todas essas demandas reprimidas, certamente, não serão atendidas em um prazo curto, principalmente se não houver uma séria articulação e compromisso dessas redes. Isso é impossível de resolver em um curto espaço de tempo e nós conhecemos experiências internacionais nesse sentido, que só venceram isso através de décadas. Nós queremos aqui no Brasil encurtar essas décadas, esse tempo, e no RS também, e fazer com que essa rede, que esse sistema, funcione articulado, sem sobreamento, sem competição.

Esse processo está em andamento, inclusive nós na superintendência, temos procurado todos os IFES, as redes privadas, as redes públicas, para que possamos constituir um mapa da atual situação e uma projeção de como vamos atender, quem poderá atender essa demanda futura. Evidentemente que estamos procurando o atendimento dessa demanda por meio de uma oferta pública. Mas também não podemos desprezar as instituições que, por décadas, também prestaram serviço nessa área e continuam prestando, para aqueles que têm dinheiro para pagar. Mas a presença da oferta da vaga pública terá de ser muito vigorosa, mas também coloca o desafio da construção de parcerias com as diferentes redes. Esse processo, de construção de parcerias, deverá ser executado onde todos tenham lugar, especialmente a escola estadual e federal. Evidentemente que isso depende de uma articulação dos órgãos de governo, não só da educação, mas também do trabalho, o desenvolvimento social, com o investimento, com ciência e tecnologia. Nós precisamos que esse diálogo seja tranquilo entre todas as esferas do órgãos governamentais.

IV – NOTAS PARA UM DIAGNÓSTICO

1 - Situação de Pelotas e Região no Contexto do Mercado de Trabalho

As informações processadas e apresentadas pelo Professor Eli Massau do ITEPA/ UCPEL, em relação ao “boom” de desenvolvimento que a região sul de nosso estado vem tendo, é que não é somente o Pólo Naval a ser considerado como oferta de emprego. A região está se desenvolvendo também nos setores de energia termelétrica, energia eólica, vitivinicultura, madeira/mobiliário e fruticultura.

Quando estes setores se desenvolvem, naturalmente a construção civil (leve e pesada) se desenvolve também, e tudo isto leva ao crescimento das atividades de comércio, serviços e financeiras. Na verdade, a região vai sofrer uma avalanche de investimentos que mudarão sua estrutura econômica. Essas mudanças farão crescer também o setor primário e atividades de ofício e prática.

Todo desenvolvimento econômico traz consigo problemas sociais que necessitam de políticas públicas para evitá-los ou, pelo menos, minimizá-los.

Quanto à falta de mão-de-obra, ela já é uma realidade regional e tende a se agravar com a expansão dos investimentos. Mão-de-obra são aquelas pessoas que possuem alguma habilidade profissional ou de ofício que estejam trabalhando ou procurando trabalho. A falta de trabalhadores já é crônica em alguns setores como a construção civil e faltará para os setores que se desenvolverão a partir dos pólos citados anteriormente.

Entre 2000 e 2020 o total de investimentos na região deverá chegar a R\$ 31bilhões. Todas as cadeias produtivas que já existem e as que serão implantadas precisarão de 392 segmentos de profissionais, de ofício e de atividades semi qualificadas conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Um grande número de trabalhadores terá de ser treinado.

A “força de trabalho” inclui homens e mulheres de 14 a 69 anos de idade. A força de trabalho inclui a mão-de-obra que trabalha, procura emprego, está estudando ou em treinamento. Além dessas pessoas, inclui aqueles que não trabalham, não procuram trabalho e nem buscam aprendizado para trabalhar.

Na região, a População Economicamente Ativa (PRA) é de 46,4% e, em Pelotas de 49%. Somente em Pelotas existem 28 mil homens em idade de trabalhar, mas que não trabalham e nem procuram alguma atividade. Isto significa dizer que se é verdade que falta mão-de-obra é verdade também, que sobra força de trabalho.

É nesse segmento que deve ser feito um trabalho de inclusão que defina quais as causas que levam um número de homens a não trabalhar quando a procura por mão-de-obra é intensa. Muitas atividades terão que ser treinadas pelas próprias empresas interessadas.

População Economicamente Ativa do Município de Pelotas – 1995, 2005, E 2010

ANO	POPULAÇÃO	PEA%	OCUPADOS
1994	303.089	44,60	135.178
2000	320.595	46,20	148.115
2005	325.416	43,74	142.337
2010	327.778	48,01	157.366

Fonte: Inicial FEE; Estimativas ITEPA/UCPel (Corresponde a 2010).

68% com carteira assinada

8,19% informais

7,78% empresários

2,58% profissionais liberais

13,45% aposentados

Distribuição da PEA - 2010

Atividades	%	Nº Ocupados
Agricultura	15,37	24.187
Ind. Extrativa	3,52	5.539
Ind. Transformação	16,53	26.013
Comércio	11,52	18.129
Funcionalismo	22,04	34.683
Serviços	23,48	36.949
Autônomos	7,54	11.866

Fonte: ITEPA/UCPel (estimativa)

Observações:

1. A agropecuária inclui "apanhadores de pêssego" e mão-de-obra temporária na orizicultura.
2. Da PEA 64% são homens e 36% são mulheres.
3. A "força de trabalho" em Pelotas é de 63%. Homens 59% e mulheres 41%.
4. Força de trabalho: inclui pessoas de 14 a 69 anos.

2 - Força de Trabalho e Escolaridade Jovem em Caxias do Sul

Dados da RAISE: 42% da força de trabalho em CS são de jovens, com pessoas de até 29 anos. A predominância do ensino médio completo está em postos da indústria, serviços administrativos e comércio. Eles auferem salários inferiores e são mais suscetíveis a perda de emprego; então eles 'rodam' mais, se analisarmos aqueles que são admitidos e demitidos são os jovens. Trabalham mais horas que a média geral dos trabalhadores. As mulheres jovens apresentam maior grau de escolaridade, porém auferem salários menores, o que não é característica específica das mulheres jovens. E existe uma vantagem salarial dos jovens brancos para os jovens não-brancos. Existe uma discussão que fazemos aqui, que é a questão: se nós estamos fazendo com que os jovens trabalhem mais do que a média, significa que eles não conseguem estar se escolarizando, e sem escolarização, como é que eles vão conseguir se qualificar. Isso fará com que no futuro, nós tenhamos uma massa de adultos sem escolarização que não poderão então ser qualificados, e que tipo de produção teremos daqui a 20 ou 30 anos. Isso é uma pergunta que está no bojo do debate.

Dados de um recorte do Boletim dos Jovens: ensino médio completo com 56 milhões de jovens, ou seja, a maioria dos jovens é escolarizada ou está se escolarizando. Esses dados são de 2009, mas são dados muito ruins, por conta da crise de 2008. Mas CS cresce de 2008 para 2009 em 02%, ou seja, quase nada. Assim, quando vamos trabalhar com valores de horas trabalhadas, por faixa de instrução, e esse é do 'Boletim das Mulheres', e esta hora é uma hora semanal então nós temos que dividir por 4,5 semanas, nós alcançamos uma boa impressão, e consegue-se ver que nem sempre aqueles que estão mais escolarizados ganham mais (inclusive para jovens com ensino superior completo). Isso está embutido o tempo de serviço e a qualificação. Não dá para considerar que uma pessoa com doutorado ou pós-doutorado tenha mais qualificação que uma pessoa que tenha ensino médio que esteja ocupando uma função específica, usando, por exemplo, a atividade da pesca.

Esta questão da escolarização e mercado de trabalho mereceria uma discussão um pouco maior, já que, o que aconteceu da década 1990 para cá, é que a escolarização virou um serviço. O que vira um mercado para as instituições tanto públicas como privadas, o crescimento dos próprios IFs, as universidades federais com novas vagas e tudo, mas esta pressão por escolarização e a colocação de mais profissionais no mercado, faz com que o preço do salário caia. Há um achatamento do salário. As pessoas estão ficando mais escolarizadas, mas ganhando menos.

Ainda existe a questão de que as pessoas que possuem nível superior ganham mais do que as que têm ensino médio, e depende muito da conjuntura econômica, onde nós temos questões macroeconômicas completamente diferentes. Isso impacta profundamente esta questão.

3 - A rede Estadual

Temos hoje 2.500 escolas, em sua ampla maioria necessitando de intervenção, de reforma física, porque estão com problema sério na sua estrutura. É um passivo de vários governos agravado nos dois últimos governos, que foram os mais omissos em termos de intervenção na rede pública estadual. E a situação de penúria é uma situação que agride a dignidade dos alunos, dos nossos professores e das famílias. Portanto, é um esforço generalizado que temos que fazer em todas as frentes.

As 151 escolas que oferecem cursos técnicos, distribuídos em 112 municípios do estado, o que se demonstra não muito bom, pois, temos quase 500 municípios. Dessas, somente cinco são realmente escolas técnicas, as demais são escolas de ensino médio e fundamental com cursos técnicos que precisam ser reavaliados, redirecionados de acordo com as necessidades regionais e com a própria realidade das exigências do ensino técnico hoje. Ao identificarmos esta debilidade avaliamos que podemos buscar estar nestes outros municípios através das políticas do governo do estado, mas também podemos estar nestes municípios através das políticas do governo federal através, por exemplo, dos IFs, e agora mais recentemente através de vagas públicas do SISTEMA S, e também, podemos dizer, da rede privada e confessional que historicamente tem feito um trabalho neste sentido. Estamos hoje em torno de 32 mil matrículas e oferecendo 230 cursos.

Precisamos atuar em alguns aspectos. Cinco exemplos demonstram isso:

- Não há uma distribuição homogênea em relação as demandas, e há um descolamento dos cursos em relação as atividades econômicas e produtivas das regiões.
- Temos uma rede que é centenária, há escolas que já completaram 100 anos, e algumas escolas acabaram se perdendo ao longo deste tempo, por vários fatores, inclusive pela falta da presença de uma política pública de Estado vigorosa que pudesse dar uma atenção melhor a isso.
- Nossas escolas, do ponto de vista da oferta dos cursos 'envelheceram', na sua relação com mundo do trabalho, com a vida e atividade econômica. Em fim, precisamos tratar este diagnóstico, para que a rede pública de educação profissionalizante tenha uma relação muito próxima com as demandas econômicas, no sentido de auxiliar e projetar o desenvolvimento das comunidades regionais.
- Temos uma rede de aproximadamente 1800 professores, que também se encontra em uma condição de regime precário de trabalho. As escolas técnicas, principalmente, têm professores em regime precário. 77% deles, a qualquer momento, podem sair. Isso dificulta a sua

efetividade e qualidade de trabalho, pois esse professor pode estar hoje e amanhã pode também não estar, pois ele está em um contrato de regime temporário.

- Questão da qualidade tecnológica das escolas: as escolas técnicas têm como espaço pedagógico muito além dos níveis das salas de aula, que são os laboratórios de níveis tecnológicos, os quais também sofrem um processo de sucateamento desses espaços.

a) O ensino médio e o ensino profissional

A situação do ensino médio, no RS, é bastante difícil. Temos um alto índice de evasão. Segundo dados recentemente publicados, o Rio Grande do Sul tem o segundo maior índice de evasão e repetência no ensino médio de todo o Brasil. Essa é uma situação extremamente deplorável. A evasão e a repetência significam perdas humanas e perdas de muito dinheiro público em vagas que são desperdiçadas.

O Rio Grande do Sul apresenta um atraso na educação profissional. Além do setor público, que tem a responsabilidade de adotar políticas nesta área, evidentemente precisamos de todos nesse processo, desde a rede de escolas, comunidades, Legislativo, governo federal, do Sistema S; enfim, todos têm um lugar para que possamos tirar o Estado da situação de atraso em que vivemos na educação profissional.

Buscar a aproximação entre todos os entes e procurar avançar nesse processo é o que o governo do Estado, coloca como estratégico para a educação profissional. Mais: intervir em todas as 151 escolas pela qualificação de seus espaços, pela formação de professores. Faz-se necessário um conjunto de melhorias.

A distribuição da oferta de vagas da rede estadual é injusta. Está concentrada em alguns locais, como a Região Metropolitana, região norte e áreas em que há maior atividade econômica.

b) Dificuldades para iniciar obras

Nossa grande dificuldade é viabilizar, dentro das limitações da Secretaria de Obras e Comissão de Licitação, a efetivação das estações e início dessas obras, já que o Estado tem uma capacidade operacional prejudicada, que ainda não foi superada nesses seis meses de governo. Certamente, melhoraremos também essa capacidade operacional do Estado. Certamente, melhorar essa capacidade operacional do Estado é fundamental para avançar no processo de recuperação e expansão da oferta.

Na fronteira sul e na região central, não temos nada de Educação Profissional. O RS vive na sua rede fenômenos importantes e de certa forma tristes e trágicos:

- Há um atraso com relação à oferta de cursos;
- As escolas estão sucateadas nos seus currículos desatualizados com o mundo do trabalho, com pequenas exceções.

- Sua má distribuição agrava as desigualdades sociais. Regiões que deveriam ter EP como forma de alavancar e superar as desigualdades regionais são as menos assistidas.

c) Atraso e descaso

Há um diagnóstico instalado, desse atraso do casamento entre a formação e o mundo do trabalho, e o ritmo e o vigor das atividades econômicas, em todas as áreas. Mas o diagnóstico que temos é frágil, talvez pela sua incompletude, pela falta de diálogo entre as redes, os setores, enfim as atividades dos diversos órgãos governamentais.

Evidentemente, a Suepro trata de todas as redes, inclusive, a federal através das estatísticas, e é a “prima rica” desse momento. Além disso, é certamente uma experiência que pode nos dar a esperança de que é possível superar esse atraso e esse desmonte que nós vimos até então. Na nossa rede composta de 150 escolas, que na verdade apenas mantêm cursos técnicos. Escolas técnicas de verdade, temos apenas 5, que são exclusivamente escolas técnicas. Depois temos mais 35 escolas que mantêm Ensino Médio, e um número muito de 110 escolas, que são escolas de educação básica, inclusive com ensino fundamental, médio, e técnico.

Para que se construam políticas de vigor e acertadas, é preciso que esse diagnóstico seja construído para que a gente, com poucos recursos que temos diante do que tem de ser feito, possa ser construído com um certo grau de acerto pra que a gente não cometa os mesmos erros do passado. Metade delas tem o curso de contabilidade, outros cursos que também sofrem um processo de sucateamento estão desatualizados, a estrutura física das escolas está com muita dificuldade com os equipamentos pedagógicos, os laboratórios estão obsoletos em muitos casos. Um curso técnico com recursos mais modestos ainda pode fazer qualificação, mas precisa, necessariamente, de um mínimo de investimento em equipamentos e laboratórios de qualidade, em quantidade e em atualidade. Isso precisa dialogar com a atividade do momento, com a tecnologia do momento, sob pena de reproduzirmos esse velho modelo de que a escola não dialoga com o mundo real, seja do mundo do trabalho, seja das relações da sociedade como um todo.

Além desse processo de sucateamento do ponto de vista da estrutura, e do processo pedagógico, ainda temos um número relativamente baixo de matrículas nessas escolas. 150 escolas com 32.000 matrículas, isso realmente é um número muito pequeno, e também demonstra a fragilidade desses cursos e dessas ofertas de vagas. Então nós precisamos, em um outro momento, apresentar políticas que possam resolver essa questão da fragilidade que coloca a escola em uma condição difícil.

Uma outra fragilidade que nós encontramos através de diagnóstico é que a oferta dessa educação profissional é descolada das atividades econômicas. Precisamos de vários cursos, mas em

atividades novas na economia, de arranjos produtivos novos, pois as escolas estão distantes, é preciso que haja essa aproximação por que do contrário, para onde vamos crescer?

Essa é uma tarefa que depende de toda a sociedade, aliás, educação é algo que está previsto na Constituição como dever do Estado, mas também da família, da sociedade, de cada um.

O diagnóstico aponta outro problema, que é o da distribuição geoeconômica, os cursos estão concentrados nas regiões metropolitanas, nos pólos do setor primário e também industrial na região norte do estado. Na região sul do estado, e a cidade de Livramento pra nós é um exemplo, a 19ª coordenadoria de educação que fica como sede em Livramento, não apresentava sequer um curso técnico. Isso mostra um descaso, há um abandono por parte das políticas públicas em determinadas regiões, mas também porque não houve um movimento dessas comunidades. Precisamos compreender isso, mas também não houve uma intervenção do estado, não ouve a presença do estado, das políticas públicas. Essa situação da má distribuição geoeconômica é muito presente, é flagrante e nesse momento as comunidades, vendo que esse é um momento importante, a economia nesse ritmo vigoroso, começaram a se movimentar, mas nós não estamos preparados para atender isso. Precisamos que tenham políticas fortes e que dialoguem com essas realidades.

Então, em síntese, o que vimos nesse processo de diagnóstico que fizemos, foi um conjunto de questões que talvez a gente pudesse resumir em duas palavras: atraso e desmonte.

Essas duas palavras podem resumir o quadro encontrado hoje da escola estadual que oferta ensino técnico, em especial, mas o desafio é olhar esse quadro e estudar como superar essa barreira, esse limite.

A rede federal e as redes estaduais não dão conta da demanda hoje. Então a opção é obrigar o setor privado a oferecer de forma gratuita essas vagas ou impedir a milhões de brasileiros e de jovens o acesso à educação profissional.

Foi possível construir um relatório da rede, com todos os locais onde tem curso profissionalizante no Rio Grande do Sul. Nem isso havia, não havia um compêndio onde nós encontrássemos quem faz o que, quem faz e o que faz no Ensino Profissionalizante. Conseguiu-se estabelecer sob a gestão da Deputada Marisa, então, presidente da subcomissão, um relatório que sinalizou, principalmente, a necessidade de unificar todas estas ações que estavam havendo e que continuam havendo.

V – PROPOSTAS

1 - Unificação dos Dados dos Observatórios do Estado

A carência de um sistema único de levantamento de dados estatísticos contribui para erros na qualificação técnica profissional no estado. Não é possível enxergar, no sistema que operamos no estado através da Fundação Gaúcha do Trabalho, quantos trabalhadores são contratados no sistema Primeiro Emprego, sem pedir um relatório 'no papel' para o Ministério do Trabalho, em um período em que se tem possibilidade de ter toda esta informação *online*. Precisamos começar a fazer com que dados que estão entrando mais facilmente no sistema, também mais facilmente venham para quem opera.

Três iniciativas se apresentam como eixo dessa proposta:

1. Articulação dos atuais observatórios em termos de linhas de pesquisa e uniformização de indicadores; ou:
2. Criação de um novo observatório estadual, que absorva ou articule os atuais e complemente a abrangência; ou:
3. Atribuir à FEEE a responsabilidade de efetivar essa articulação, reunir os resultados e ampliar a abrangência.

A proposta seria olhar para o estado como um todo, ver todos os observatórios e os levantamentos de dados estatísticos, e constituir, com todo o mérito de cada um, um sistema só.

De parte do estado, estamos começando a trabalhar no âmbito do 'RS Mais Igual', trabalhando a idéia de um observatório social que observe a pobreza e o conjunto da sociedade, pois a pobreza, às vezes, muda de lugar e também de características, muda de gênero, muda de região. Assim, um observatório da pobreza e extrema pobreza vai ser um observatório da realidade como um todo.

2 - Organização de um Sistema Único de Promoção do Trabalho, Emprego, Renda e Qualificação Profissional

Decorrência da articulação de dados e pesquisas poderá ser a organização de um sistema único que promova a distribuição de oferta de educação profissional em cada região e no estado como um todo, de acordo com diagnósticos produzidos pelo observatório estadual acima mencionado. Esse sistema reuniria as redes pública, privada, filantrópica e comunitária das três esferas – federal, estadual e municipal.

Não só um sistema de educação profissional e educação técnica, mas um sistema público de promoção do trabalho, emprego, renda e qualificação profissional.

3 – Criação de um Conselho Estadual de Educação Profissional, Empregabilidade e Desenvolvimento Sustentável

Tanto um observatório social estadual como um sistema único de educação profissional poderiam ser articulados num Conselho Estadual de Formação, Empregabilidade e Desenvolvimento Sustentável, de caráter deliberativo e gestor de recursos.

4 - Fundamentos de um Plano Político Pedagógico de Educação Profissional no RS

a) Para o desenvolvimento de capacidades

1. Conhecimento amplo (humanidades, idiomas, matemática)
2. Tecnologias do nosso tempo (informática)
3. Formação profissional (conhecimentos específicos)
4. Formação de professores para o ensino profissional
5. Pesquisa permanente em didática e equipamentos

b) Para a ampliação de oportunidades

1. Prospecção de demandas regionais
2. Articulação com cadeias produtivas e de serviços
3. Monitoração de iniciativas, políticas e resultados
4. Incentivo ao empreendedorismo
5. Formação para o mercado informal
6. Educação profissional inclusiva

5 - Diretrizes para políticas de educação profissional, empregabilidade e desenvolvimento sustentável

a) Apoio no paradigma da emancipação: projeto de desenvolvimento de capacidades e ampliação de oportunidades para a realização dos direitos no mundo do trabalho.

b) Foco na formação profissional com ênfase na emancipação dos trabalhadores, mediante acesso a um sistema de único, viável e confiável, no sentido de possibilidade de ingresso e permanência no sistema sem prejuízo de suas atividades profissionais e familiares; (e não como meio de aperfeiçoamento visando à mera acumulação e exploração de mão de obra adaptada), com criação de cursos e escolas técnicas integradas, a partir do conceito de famílias laborais ou redes de setores afins, visando otimizar infra estrutura e pessoal e também oferecer educação profissional integral, e ênfase no ensino técnico por competências, visando a ampliação das oportunidades de emprego e de empreendimento em períodos de depressão econômica em determinados setores. Ênfase no domínio do conhecimento geral (humanidades) e na velocidade do desenvolvimento tecnológico, assim como do empreendedorismo e da habilidade em transitar nas correlações de força do mundo do trabalho.

c) Foco nas políticas de ampliação de postos de trabalho, reforço nas políticas de complementação de renda e desenvolvimento inclusivo (mulheres, jovens, idosos, presos, pacientes de saúde mental, reabilitandos...), sem prejuízo de valores culturais e riquezas regionais, e a criação de programas de complementação teórica para certificação por experiência, flexíveis para serem coerentes com os requisitos da acessibilidade universal,

estimulando a formação técnica de trabalhadores de todas as idades e procedências. Programas de apoio especial para formação profissional de pessoas vulneráveis, com acessibilidade universal e acompanhamento individual em turmas regulares. Foco no desenvolvimento econômico e na educação profissional inclusiva, direcionado preferencialmente às mulheres, jovens, idosos, presos, pessoas com deficiências, pacientes de saúde mental e em reabilitação de dependência química.

d) Ênfase na criação e qualificação de empregos, a partir de parâmetros regionais de demanda e de potencial produtivo, de serviços e de pesquisa, visando a sustentabilidade social e ambiental. Sugestão de desenho a partir das regiões dos Coredes:

REGIÃO 1: Centro Sul, Paranhana Encosta da Serra, Vale do Caí, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano Delta do Jacuí

REGIÃO 2: Vale do Rio Pardo, Vale do Taquari

REGIÃO 3: Hortênsias, Serra, Campos de Cima da Serra

REGIÃO 4: Litoral

REGIÃO 5: Sul

REGIÃO 6: Campanha, Fronteira Oeste

REGIÃO 7: Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial, Celeiro

REGIÃO 8: Alto Jacuí, Central, Jacuí Centro, Vale do Jaguari

REGIÃO 9: Médio Alto Uruguai, Nordeste, Norte, Produção, Alto da Serra do Botucaraí, Rio da Várzea

e) Empregabilidade como decorrência articulada entre políticas de ampliação de oportunidades de trabalho e de acesso à formação continuada, visando o enfrentamento da miséria, pobreza e desemprego. (e não como tarefa exclusiva a cargo dos trabalhadores).

f) Transversalidade da formação profissional associados aos programas setoriais.

g) Investimento em pesquisa, em parceria com universidades e mediante a busca de intercâmbio com sistemas de educação profissional em outros países, buscando renovar paradigmas e tecnologias de ensino profissional.

h) Criação de um observatório laboral, para investigar e prospectar setores em função da economia e da política e indicar os setores que estão ou vão se deprimir e os que vão subir visando definir programas e vagas para ensino técnico em diferentes regiões do estado. Instalação de centros especializados em função das especificidades regionais e ampliar a instalação de centros integrados visando à ampliação da empregabilidade específica e generalista em todo o estado.

i) Incentivo ao empreendedorismo, mediante a criação de centros de inovação tecnológica articulados ao ensino técnico, oportunizando a jovens empreendedores acessar equipamentos, tecnologias e orientação didática para desenvolvimento de idéias

inovadoras. Articular esses centros a financiamentos específicos e a incubadoras de micro empresas, quando for o caso.

Com base nessas reflexões e propostas, esta subcomissão sugere algumas indicações de composição e prerrogativas de um possível conselho ou comitê gestor da política de educação profissional, empregabilidade e desenvolvimento sustentável no Rio Grande do Sul, seja esta instância correlata a um conselho nacional, ou articuladora de um pacto estadual.

6 - Composição de um Conselho Estadual

- a) Estado:** Ministério da Educação, Secretaria da Educação (SUEPRO), Ministério Público Estadual, Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Ciência e Tecnologia.
- b) Rede Federal:**
 - Observatórios
 - Instituto federal sul-rio-grandense
 - Instituto federal Farroupilha
 - Instituto federal do Rio Grande do Sul
 - Colégio técnico Frederico Westphalen - UFSM
 - Colégio politécnico de Santa Maria - UFSM
 - Colégio técnico industrial de Santa Maria - UFSM
- c) Rede Estadual:** Escolas Técnicas urbanas e rurais
- d) Rede Municipal:** Escolas técnicas municipais.
- e) Sistema S:** SENAR, SENAC, SEBRAE, SENAI, SENAT, SESCOOP
- f) Mercado:** Fiergs
- g) Sociedade civil:** Centrais Sindicais, Movimento Social
- h) Coordenação:** SUEPRO/ SEDUC

7 - Prerrogativas de um Conselho Estadual

a) Prospecção: regionalização, vocação, demandas culturais e produtivas.

b) Articulação: interna e com demais conselhos e instâncias afins.

c) Monitorização: iniciativas, políticas, resultados.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. Londrina: Práxis; Bauru, 2007.

ANDRADE, Andréa de Farias Barros e Kipnis, Bernardo. *Cursos superiores de tecnologia; um estudo sobre as razões de sua escolha por parte dos estudantes*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 175-191.

BATISTOTTI, Geraldo Grossi Júnior e GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. *As redes estaduais de ensino e a construção de uma política nacional de educação profissional*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 195-206.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 25-41.

KOLLER, Cláudio e SOBRAL, Francisco. *A construção da identidade das escolas agro técnicas federais: a trajetória da COAGRI ao CONEAF*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 220-229.

KUENZER, Acácia Zeneida. *As políticas de educação profissional: uma reflexão necessária*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 253-270.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Fórum da OIT sobre trabalho digno para uma globalização justa*. Documento temático – Sessão 1: Empregabilidade: educação, desenvolvimento de competências e tecnologia. Lisboa, 31 de outubro – 02 de novembro de 2007.

QUARTIERO, Elisa Maria, LUNARDI, Geovana Mendonça e BIANCHETTI, Lucídio. *Técnica e tecnologia: aspectos conceituais e implicações educacionais*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 285-300.

SIMÕES, Carlos Artexes. *Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores*. Em: MOLL, Jaqueline e outros. *Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre, Artmed, 2010. p. 96-119.

**Deputada Marisa Formolo,
Relatora.**

ANEXOS